

3

Os processos revolucionários das mulheres: experiências preparatórias da primeira e segunda onda do feminismo no ocidente

Introduzidas as concepções de poder constituinte e multidão no capítulo anterior, o momento agora é de dedicação a uma das formas de expressão desse poder constituinte, o “movimento feminista”. A primeira dificuldade encontrada é justamente saber se a denominação movimento feminista é cabível, na medida em que ele não é unitário, ao contrário, nele se encontram as mais variadas formas de manifestações que se atravessam e chegam a disputar entre si, como no caso das mulheres negras americanas, que não se reconhecem no feminismo americano em virtude da dupla dominação a que eram submetidas ser desconsiderada, impondo, assim uma hierarquia entre as questões de sexo e raça. Como esse exemplo, a história tem outros, como a disputa entre as feministas heterossexuais e homossexuais e a dificuldade de se compatibilizar no mesmo movimento as burguesas e as mulheres de classes baixas no século XIX.

A dificuldade decorre de uma compreensão equivocada acerca do tema. Esse tipo de conflito é gerado justamente em virtude do apego às identidades instituídas pelo poder. No primeiro capítulo foi mostrado o mecanismo de fundação do modelo identitário e agora um dos principais problemas decorrentes dele aparece de forma clara. Se a segregação é o objetivo do poder ao utilizar a estratégia da identidade, é exatamente isso o que ele consegue quando são observadas essas disputas internas nos movimentos de liberação. A identidade é a origem da exclusão. Na medida em que esses movimentos trabalham com essa perspectiva, fatalmente isso implicará em um processo de exclusão. Por esse motivo, a identidade pode ser aquilo que enseja o surgimento desses movimentos, pois sem privilégio, desigualdade ou exclusão, eles não teriam razão de ser, porém, ela não deve ser um elemento a ser utilizado na luta, ao contrário, na verdade, a luta por liberação se opõe a ela.

Talvez uma perspectiva interessante que pode ser adotada para analisar o feminismo e superar problemas como esse seja concebê-lo em sua variedade como

um rizoma, no sentido dado por Deleuze e Guattari, como uma imagem de rede, fundado no plano de imanência. São diversas as formas de entrada nele, basta observar em seu interior as mais diferentes manifestações do feminismo que se perpassam o tempo inteiro e cruzam também com outros moviementos. O exame dos princípios ou características do rizoma estabelecidos por Deleuze e Guattari contribuirão para um melhor entendimento do que significa pensar o feminismo como tal. O primeiro e o segundo princípios dizem respeito ao fato do rizoma não apresentar uma ordem, sendo necessariamente heterogêneo e todos os seus pontos poderem ser interconectados. Nas palavras dos autores:

Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço lingüístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regime de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas. (...) Um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais⁵².

O terceiro princípio se refere à multiplicidade. As multiplicidades têm um caráter também rizomático. Não existe uma relação do múltiplo com uma unidade, com um sujeito ou um objeto qualquer. Sem haver uma definição de sujeito ou objeto, as multiplicidades implicam em grandeza, dimensão e na medida em que são alteradas, crescem ou diminuem, a própria natureza delas também se modifica. As conexões que são feitas e se ampliam mudam a natureza e esse aumento de conexão é chamado pelos autores de agenciamento. Por isso, eles não utilizam uma unidade de medida e sim “variedades de medidas”. Essas multiplicidades são definidas justamente pelo que está fora, por uma linha estabelecida abstratamente, que identifica o momento em que elas mudam de natureza. A única hipótese de unidade considerada por eles é a decorrente de um processo de subjetivação⁵³.

O quarto princípio que auxilia na compreensão dos rizomas é o que estabelece a possibilidade de ruptura do rizoma em qualquer lugar, não havendo um corte significativo. O rizoma pode não somente ser rompido em qualquer lugar, mas também ser retomado de qualquer linha que o compõe, pois ao mesmo tempo

⁵² DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 1 p. 15.

⁵³ *Ibid.*, p. 17.

em que ele é desconstituído ele pode ser constituído a partir de outras linhas. São elas que o territorializam, que o organizam, o estruturam e a ruptura no rizoma ocorre quando elas se transformam em uma linha de fuga, que justamente vai desterritorializar, lembrando que essas rupturas, bem como a linha de fuga, são partes do rizoma, além de remeter e se conectar com outras linhas, compondo outras organizações, outras concepções de bom e mau, por exemplo.

O último princípio a auxiliar no entendimento do rizoma é o da cartografia, ou mapa. Os mapas são compostos no interior dos rizomas, entre as diversas linhas e esse procedimento tem base nas experimentações vividas no real, ele não é fechado em si mesmo, sua principal característica é a abertura, ser mutável a qualquer momento a partir das novas conexões que podem ser realizadas em qualquer direção. Ele pode ser reestruturado ou reinventado individualmente, por um grupo ou uma comunidade, uma ação política. Por esse motivo, foi afirmado anteriormente que o rizoma possui diversas entradas. Essa característica decorre da incidência do princípio da cartografia.

Esclarecidos esses princípios sobre os mecanismos dos rizomas, é necessário ressaltar a importância de se pensar o feminismo utilizando essa perspectiva, pois somente assim é possível compreender o que se passa nas suas supostas divergências internas. Nesse sentido, cada linha traçada pelas diversas correntes feministas pode ser tomada como uma linha de fuga, que rompe com aquele rizoma ao mesmo tempo em que o reconstrói, que transmuta sua natureza e amplia suas margens, alterando ou constituindo novos mapas. Na medida em que o feminismo ou qualquer outro movimento minoritário trabalha com fundamento na identidade ele reproduz e afirma o esquema introduzido pelo poder em vez de transformá-lo. Portanto, a preocupação desses movimentos, uma vez constatada essa forma de dominação a partir da identidade, deve ser não afirmá-la, mas sim abandoná-la, ou seja, abandonar modelos previamente instituídos, caso contrário, o projeto de liberação é perdido. É a fundação da identidade que instaura a desigualdade no mundo moderno.

O que o feminismo faz ao utilizar a identidade é se atrelar a uma perspectiva chamada por Deleuze e Guattari de arborescente, em vez da rizomática. Os autores observam que a associação com a árvore em vez do rizoma é típica do

pensamento ocidental eurocêntrico, e impõe uma noção de hierarquia⁵⁴. A árvore induz a uma unidade, desconsiderando multiplicidades, por isso é perfeitamente possível dentro dessa concepção se defender a existência de identidade, de um modelo fixo a determinar o real. Se a identidade a predominar como ícone no feminismo é a da mulher branca, classe média ou classe média alta, ocidental, heterossexual, obviamente as que não estão incluídas nesse padrão são excluídas, não tendo um reconhecimento efetivo na categoria “mulher”. Essa é a consequência da arborescência.

Enquanto o rizoma é regido pela conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura a-significante e cartografia, a arborescência estabelece uma descendência, se encontra submetida à homogeneidade, a um ponto fixo, uma unidade, uma impossibilidade de ruptura a-significante e, por fim à decalcomania. Esses princípios se manifestam na arborescência fazendo com que ela fundamente um ponto, uma ordem, em vez de possibilitar uma conexão entre seus diversos pontos, além disso, ela trabalha com um método genealógico, promovendo a centralização ou a homogeneidade. A multiplicidade é ignorada em prol da unidade, instituindo um sujeito, com uma vontade una, e um objeto. No que diz respeito às rupturas, se no rizoma elas não têm significante, na arborescência os cortes são significantes, no rizoma o bom e o mau possuem sentido segundo um processo seletivo no interior da comunidade, não existindo por si mesmas, ao contrário da arborescência. A decalcomania implica na adoção de um modelo genético que irá gerar os demais a partir de reproduções suas. A hierarquia institui determinados pontos centrais de relevância e a partir daí as subjetivações.

É necessário ressaltar que não há pretensão nos autores de estabelecer qualquer forma de dualismo entre o rizoma e a arborescência. Um mapa pode ser decalcado, bem como as linhas que constituem um rizoma podem atravessar raízes, contribuir para as suas formações⁵⁵. O rizoma pode permitir a formação de arborescência em seu interior. Nesse sentido, os autores apresentam como exemplo a perspectiva do oriente, que tem uma forte ligação com a tradição da imanência e, no entanto, pode refletir uma hierarquia ainda mais severa justamente pelo fato de não haver dualismo. Na imanência também há a possibilidade de se instituir despotismo, assim como na transcendência algumas

⁵⁴ DELEUZE, G.; GUATTARI, F., *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 1, p. 29.

vezes acontece de existir uma raiz anárquica, aérea em vez de subterrânea⁵⁶. Sendo assim, não existe de fato uma perspectiva dualista por parte dos autores porque eles não fazem uma contraposição como duas opções de modelos a serem seguidos.

(...) um age como modelo e como decalque transcendentais, mesmo que engendre suas próprias fugas; o outro age como processo imanente que reverte o modelo e esboça um mapa, mesmo que constitua suas próprias hierarquias, e inclusive ele suscite um canal despótico⁵⁷.

O feminismo se apresenta como um rizoma cujas correntes são linhas que se perpassam, formando a figura de uma rede. Em cada momento que uma delas se afirma sobre a figura da identidade, forma-se uma arborescência, pois recorre-se a um modelo previamente estabelecido. As demais surgem como linhas de fuga, ampliando as margens do movimento feminista. Nesse capítulo o estudo será dirigido ao trabalho dessas anomalias, linhas que modificam as bordas do feminismo⁵⁸, como elas se apropriaram de determinadas condições históricas e sociais para fundar os próprios modos de expressão do processo constituinte.

3.1

Os primeiros conventos como uma possibilidade de fuga do casamento: a mobilidade da mulher no início do Cristianismo

O termo feminismo foi cunhado no ocidente somente na segunda metade do século XIX. Porém, o caminho percorrido para se chegar a fundar uma teoria feminista foi longo e decorreu de uma série de experimentações durante a história. De certa forma, se antes não havia a consciência do feminismo ou de atuações a partir de um movimento amadurecido, essas experiências foram fundamentais para a constituição da primeira e da segunda onda do feminismo. A importância da análise desse momento histórico se deve ao fato dessas experiências das mulheres configurarem uma novidade para o tradicional modo de vida. Por mais

⁵⁵ Ibid., v. 1, p. 22.

⁵⁶ Cf. DELEUZE, G.; GUATTARI, F., *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 1 p. 31.

⁵⁷ Ibid., v. 1, p. 31.

⁵⁸ Ibid., v. 4, p. 27.

paradoxal que possa parecer em uma primeira abordagem, Marlene LeGates observa uma receptividade e uma abertura muito interessante para as mulheres na primeira fase do Cristianismo, apesar da questão religiosa estar sempre em primeiro plano⁵⁹.

No século III as mulheres eram maioria no Cristianismo, o que começou a afetar a imagem do movimento cristão. Os pagãos costumavam tratar os cristãos como membros de uma religião inferior, sem honra e estúpida, por ser composta eminentemente por miseráveis, crianças e mulheres. O atrativo que o Cristianismo tinha para as mulheres da época pode parecer complicado de ser entendido aos olhos da modernidade no que diz respeito à abstinência sexual, mas o fato é que se antes, ao contrário das mulheres cuja função era somente a de reprodução⁶⁰, os homens tinham a possibilidade de exercer a sexualidade, o Cristianismo introduziu a castidade para ambos os sexos e não somente para as mulheres.

Nessas condições aparentemente repressivas para homens e mulheres, estas conseguiram se beneficiar do pensamento cristão e buscar outros horizontes, outras perspectivas para suas vidas. Considerando-se que o momento aqui analisado é de baixa densidade demográfica, a reprodução era uma necessidade fundamental para a comunidade. Se as mulheres agora têm outras possibilidades além dessa e se elas cedem a essa novidade em suas vidas, obviamente tal preferência dará origem a muito descontentamento social, por isso nesse primeiro momento elas são perseguidas pelos pagãos. No fim do mundo romano, para que a população pudesse ser mantida, cada mulher deveria ter cerca de pelo menos cinco filhos⁶¹. Nessas condições, a opção pela castidade se mostrava altamente perigosa socialmente e com um sério caráter subversivo, na medida em que a maternidade parecia ser o destino de qualquer mulher, com raras exceções.

⁵⁹ Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 27.

⁶⁰ Na Grécia o prazer feminino chegou a ser considerado fundamental para a reprodução, havendo a crença de que sem orgasmo a mulher não poderia gerar filhos. Porém, Graciela Gomez observa que Aristóteles foi um dos pensadores que mais fez esforço em tornar insignificante a participação da mulher na reprodução humana, modificando essa relação entre prazer e reprodução. O prazer da mulher perde importância no pensamento de Aristóteles, pois o responsável pela criação, quem tem essa potência é o homem. Seu objetivo é demonstrar que a geração é obra puramente masculina. O papel feminino passa a ser o de mero depósito do germe do homem, o corpo da mulher é secundário, ela o oferece para alimentar o germe depositado pelo homem. Essa concepção aristotélica de divisão hierárquica dos sexos a partir da biologia produz reflexo na política, ou em uma impotência política natural da mulher. Tal estrutura de pensamento irá se perpetuar no ocidente até os séculos XVIII e XIX, momento de origem da primeira onda do feminismo. Cf. GOMEZ, G., *Maternidade e Alteridade: Atenas, as Luzes e Freud*, p. 32 et. seq.

⁶¹ LEGATES, M., op. cit., p. 28.

Mulheres viúvas e solteiras começaram a se apropriar dessas condições do início do Cristianismo e divulgar a castidade para se insurgirem contra o que, por convenção, se esperava delas dentro da comunidade. Tal movimento chegou a influenciar também teólogos cristãos para que essa possibilidade revolucionária para a época fosse devidamente incorporada na doutrina. Um exemplo disso dado por LeGates é a história de Thecla de Iconium, heroína cristã que não se sabe se existiu realmente ou se é uma lenda. Apesar disso, ela foi adorada durante o primeiro século do Cristianismo como santa e até mesmo chamada de apóstola. Trata-se da história de uma jovem mulher em idade de casar que recusou o casamento arranjado pelos pais por ter se encantado com a possibilidade de castidade e, por isso, foge de casa cortando o cabelo e vestindo-se de homem. Ela se batiza e em vez de se transformar em um mártir, ela ganha notoriedade, conquista a independência e começa a pregar a palavra de Deus, ou seja, toma partido na esfera pública. Independente de ser uma história real ou não, seu culto era realizado por mulheres e seu exemplo fundamentava a capacidade da mulher de aprender a doutrina de forma autodidata e se batizar.

Obviamente, dentro do próprio Cristianismo esse movimento das mulheres começou a incomodar. A abertura inicial foi sendo tolhida e, já no quinto século, a estrutura da igreja era basicamente patriarcal. Aquilo que inicialmente permitiu que as mulheres deixassem de lado o caráter reprodutivo que as identificava em um momento anterior, agora passava a ser controlado pelos homens da Igreja, que exacerbavam a sexualidade delas, bem como a transformavam em símbolo perigoso de sedução. Porém, esse esforço em sentido contrário às mulheres cristãs não conseguiu encerrar seu movimento de forma definitiva e, ao longo da Idade Média podem ser encontradas condições favoráveis a elas nos mosteiros, demonstrando a capacidade de apropriação do tempo, ainda que de forma precária ou insuficiente para se consolidar e poder ser chamada de feminismo.

Na realidade, essa parte da trajetória histórica é mais identificada como um momento de fundação de uma cultura feminina, como se fosse um refúgio para aquelas mulheres cuja prioridade não era o casamento, mas que ao mesmo tempo viviam em conflito com o chamado religioso dos quais elas tinham certeza receber e os mecanismos e estratégias que a própria Igreja montava para impedi-las de viver de forma plena a vocação que elas acreditavam possuir. Por outro lado, a opção familiar não agradava. Muitas, portanto, se ressentiam da condição de

mulher, como uma fatalidade, um exemplo é Christine de Pizan, que em sua obra “Cidade das Mulheres” lamenta ter nascido em um corpo feminino, chegando a demonstrar um profundo desprezo pelo que chama de imbecilidade feminina e mostrando indignação com a facilidade com que geralmente as mulheres ocupavam o espaço tradicionalmente atribuído a elas sem maiores problemas ou questionamentos⁶².

A Idade Média foi um período sem dúvida em que os homens tiveram o controle das escrituras e do saber e quanto maior sua instrução, mais influência exerciam. Pensavam a sociedade e a Igreja e ainda eram encarregados de dizer às mulheres quais eram seus papéis na distribuição divina de lugar na sociedade e na economia⁶³. Porém, o momento agora não é o de descrever as condições de submissão da mulher ao longo da Idade Média, o controle ao qual seus corpos foram sujeitados. O momento é de apresentar as formas pelas quais, apesar das condições aparentemente completamente desfavoráveis, elas conseguiram elaborar linhas de fuga, em um mundo ainda muito mergulhado na transcendência, na arborescência.

A descentralização do poder era grande nesse período, o que implicava em dificuldade da Igreja em deter um controle efetivo, bem como na ausência de uma estrutura de Estado. Nessas circunstâncias, os mosteiros passaram a ser um espaço interessante de autonomia para as mulheres que conseguissem percebê-lo e que se interessassem em explorá-lo de forma plena. Por isso, é possível compreender o espaço dos mosteiros como um local que poderia ser bastante benéfico para elas. LeGates vê neles uma única opção de vida mais próxima, mais real para a época além do tradicional casamento das mais novas e da possível miséria das mais velhas, das viúvas, das violências instituídas na vida familiar⁶⁴. A partir de uma falta de opção, elas são levadas a desejar e a construir alternativas às suas realidades.

Os mosteiros, além de representarem portas distintas das do casamento, eram repletos de outras mulheres nas mesmas condições, que davam suporte umas às outras. Além disso, era uma oportunidade que elas tinham de se dedicar não só

⁶² Cf. KLAPISCH-ZUBER, C., Introduction, In DUBY, G.; PERROT, M., *Histoire des femmes en Occident – Le Moyen Âge*, p. 11.

⁶³ Cf. DALARUN, J., Regards de Clercs, In DUBY, G.; PERROT, M., *Histoire des femmes en Occident – Le Moyen Âge*, p. 33.

⁶⁴ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 32.

às questões religiosas como também às artes, às leituras e traduções, ao conhecimento da época. Nesse momento as produções de livros ficavam sobre a responsabilidade tanto de monges quanto de freiras, por exemplo, Hilda de Whitby, do século VII, que tinha reconhecimento por sua cultura. Fora desse ambiente, no seio de uma estrutura familiar, na condição de esposa e mãe a margem de liberdade poderia ser bem inferior à da vida no monastério.

Essas mulheres que foram parar no mosteiro no princípio da Idade Média foram fruto de um processo espontâneo no início do Cristianismo, lugar em que encontraram a princípio as portas abertas para elas enquanto os demais espaços estavam fechados. Assim se deu a invasão inicial desses espaços. É curioso observar que no século VI as freiras tinham bastante mobilidade, pois LeGates ressalta que as mulheres eram grandes seguidoras dos monges irlandeses que costumavam viajar pela Europa pregando⁶⁵. Não somente elas o acompanhavam, como também podiam viajar de forma independente, pregar, ensinar, carregar manuscritos importantes e fundar outros mosteiros.

Um problema que se vislumbra é o fato de se explorar na maioria dos casos uma nobreza feminina, quase que um apelo à natureza, como fonte de estímulo para que elas produzam casas com fundamentos na religião para elas e para suas familiares, mas se por um lado isso é problemático do ponto de vista da naturalização de uma superioridade moral feminina, que mais tarde fará recair sobre elas o peso da guarda da moral e da honra de toda a família, o papel importante desse chamado foi a fundação das primeiras sociedades especificamente femininas e o princípio de uma cultura delas.

Outro atrativo surpreendente dos mosteiros é o poder político e econômico que era viabilizado às mulheres a partir deles. Isso porque tradicionalmente os mosteiros possuíam importantes pedaços de terra, o que os faziam ser algumas vezes grandes centros de economia, política e administração. LeGates identifica nessa peculiaridade dos mosteiros uma oportunidade de tomada de poder das mulheres, pois muitas vezes elas o tinham em suas mãos na mesma medida que os abades. Foi um momento na história em que elas tinham poder para administrar cidades, recolher dinheiro, escutar confissões, indicar quem poderia suceder-lhes e levantar exércitos. Em alguns casos, elas chegaram até a administrar comunidades

⁶⁵ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 32.

tanto de monges quanto de freiras ao mesmo tempo, o que foi chamado de monastério duplo⁶⁶.

Um dom que era geralmente atribuído à mulher era o da profecia. Muitas mulheres se destacaram como místicas ou profetas nesse período, sendo importante ressaltar que a linha limítrofe entre o misticismo e a heresia para a igreja era bastante tênue. Hildegard de Bingen (1098-1179) foi um exemplo disso⁶⁷. Nascida em uma família grande, sendo a décima filha, foi enviada ainda nova para o convívio de uma nobre chamada Jutta de Sponheim, que decidiu abandonar sua vida para viver enclausurada em um mosteiro beneditino. A nobre levou Hildegard com ela para a cela. Com a morte de Jutta, as freiras decidiram transformá-la em abadessa, cargo máximo dentro do mosteiro.

Desde sua infância Hildegard tinha visões e aos quarenta e dois anos ela recebeu a ordem para que escrevesse e pregasse tudo aquilo que ela via e escutava. Finalmente, ela obteve autorização do Papa para poder revelar o que era transmitido para ela. Quando, em uma de suas visões, ela recebeu a ordem de fundar um convento, os monges beneditinos resistiram à idéia, pois não poderiam administrá-lo, perdendo prestígio ao não estarem próximos de uma importante profeta como ela. A princípio, seu pedido não foi atendido e eles a impediram de fundar seu convento, fato que a fez cair doente e a impossibilitou de pregar. Hildegard somente se recuperou quando conseguiu o que queria, ela foi inteligente ao se resguardar com pessoas influentes.

Após a fundação de seu convento, Hildegard conseguiu produzir desde poesia e música até trabalhos sobre medicina e teologia, que demonstram um domínio do debate teológico da época. Muitas personalidades da época escreviam cartas a ela para pedir conselhos dos mais variados assuntos, ela se correspondia não só com poderosos políticos, como também com o Papa. Além disso, foi considerada uma das maiores exorcistas ao libertar uma mulher de um suposto espírito. Certamente, ela teve uma grande projeção para uma mulher de sua época, por todos os feitos que conseguiu realizar e por entrar em campos tradicionalmente masculinos. Tal fato se deu em razão dela não somente se

⁶⁶ Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 33.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 33.

apresentar como alguém que diz a palavra de Deus, como conseguir convencer os demais disso.

A história de Hildegard ocorreu ao longo do período da reforma Gregoriana, iniciada no interior de alguns mosteiros e sofrida pela Igreja Católica ao longo dos séculos X e XI. A reforma ganhou esse nome em razão da pressão decisiva de Gregório VII. Seu objetivo era a exclusão de qualquer sombra secular da Igreja, com uma visão do Evangelho mais pura e assumindo com maior fervor o exemplo de vida dos apóstolos. A Igreja pretendia não somente retomar o poder das potências seculares que conseguiram se instaurar nela, bem como influenciar com seus exemplos do Evangelho as vidas tanto daqueles que faziam parte dela como dos leigos⁶⁸. Há nessa época um intenso medo da sexualidade da mulher, que alimenta essa reforma religiosa.

Os monges começam a defender o enclausuramento das freiras nos conventos devido à fraqueza e a raiva femininas, consideradas as mais graves do mundo, evitando receber qualquer irmã para que não houvesse chance de se perderem da religião por mulher. A convivência com elas passou a ser considerada extremamente perigosa. A produção teológica para controlar o comportamento da mulher nesse momento tem por base os modelos de Eva, Virgem Maria e Madalena. Homens da religião se fecharam para o mundo e reproduziram concepções de mulher do início do cristianismo sem muitas vezes ter tido qualquer tipo de contato com alguma.

Eva havia condenado toda a humanidade a uma vida árdua na Terra. As mulheres eram sua descendência direta, ou seja, carregavam consigo todo o peso do pecado. Virgem Maria é aquela que abre as portas do paraíso novamente para a humanidade, era grande a adoração à Virgem por parte dos religiosos. Porém, apesar da esperança de reingresso no paraíso vir por uma mulher, Maria é um modelo inatingível para as demais, em virtude da manutenção de sua virgindade após a concepção e o nascimento de um filho. As mulheres que não eram mais virgens tinham como proposta de vida o modelo da matrona, em oposição à prostituta. A dedicação à maternidade era essencial, assim como o exemplo de Maria, mãe de toda a humanidade. O resgate poderia ser feito ao optar-se posteriormente por uma vida de reclusão. Um exemplo dessa redenção é a história

de Ide, condessa de Boulogne. Dalarun analisa sua vida como a de uma mulher considerada casta, apesar de ter sido casada duas vezes, mãe de filhos considerados virtuosos e que quando ficou viúva se engajou na reforma gregoriana⁶⁹. Finalmente, Madalena, modelo de redenção feminina. Se pelas mãos da mulher, Eva, a morte havia recaído na humanidade, pela mulher a ressurreição foi anunciada. Além disso, é a representação de uma pecadora que serve de exemplo para os pecadores arrependidos. A mulher é essencialmente o símbolo do pecado da carne e a sua regeneração se dá pela penitência e pelo arrependimento representados na figura de Madalena. Eva representa a mulher real, em que as influências da Igreja deverão ser exercidas. Maria é a do plano ideal, a distante, inatingível, projetada pelos homens para guiar as mulheres daqui, Madalena se encontra entre essas duas figuras, significando a possibilidade de arrependimento dos pecadores. Talvez aqui caiba refletir acerca da antecipação do conceito de Outro, da imposição de identidade como modelo para o comportamento das mulheres.

O princípio da primogenitura masculina, amplamente adotado pela nobreza na Alta Idade Média, também contribuiu para o declínio dos mosteiros e conventos para mulheres, especialmente no sentido financeiro, pois a partir de agora elas não mais poderiam utilizar parte de sua fortuna para manter essas casas ou fundar novos espaços. Entre os séculos VI e XI as condições eram muito favoráveis para mulheres que tinham propriedade, por herança da própria família, ou por uma viuvez precoce, em virtude da ausência dos Estados, pois o poder político vinha da propriedade de terras. Sendo assim, esse foi um momento em que mulheres souberam aproveitar as oportunidades que apareciam, como Aethelflaed da Mércia, que após se tornar viúva, governou e defendeu Mércia, liderando alianças entre reis do norte da Grã-Bretanha. O grande problema é que elas aproveitavam, porém não tinham um controle efetivo dessas circunstâncias, mesmo porque esses benefícios estavam relacionados à herança, ao poder econômico e à propriedade, não tinham relação com a condição de mulher. Por

⁶⁸ Cf. DALARUN, J., Regards de Clercs, In DUBY, G.; PERROT, M., *Histoire des femmes en Occident – Le Moyen Âge*, p. 36.

⁶⁹ Cf. DALARUN, J., Regards de Clercs, In DUBY, G.; PERROT, M., *Histoire des femmes en Occident – Le Moyen Âge*, p. 49.

esse motivo, a adoção da primogenitura masculina inviabilizou o poder efetivo das rainhas, uma vez estabelecida uma sucessão fixa⁷⁰.

A saída encontrada por aquelas que queriam seguir uma vida religiosa após a instauração dessa estrutura foi o investimento em outras formas de expressões religiosas diferentes das impostas formalmente, em o que seria talvez um resgate do espírito do início do Cristianismo, na época dos mosteiros mistos e das abadessas poderosas. As circunstâncias de repressão oficial iniciaram uma série de processos de manifestações religiosas das mulheres, porém muitas vezes de forma solitária, caso de Christina de Markyate (1097-1160), que pertencia a uma família nobre da Inglaterra e se recusou a fazer um casamento arranjado por sua família com o argumento de que pretendia manter sua virgindade, se apropriando do modelo da Virgem Maria para atender a seu próprio desejo, em vez de cumprir o que seus pais haviam planejado. Sua própria mãe chegou a sugerir que seu noivo a estuprasse como uma forma de coagi-la ao casamento vantajoso e ela fugiu vestida de homem para viver sozinha.

Algumas mulheres, apesar de fazerem parte de determinadas comunidades religiosas, conseguiam se manter isoladas para se dedicar às suas atividades, como foi o caso de Julian de Norwich, final do século XIV, que precisava de solidão para conseguir escrever sobre suas visões. Ela teceu críticas em sua teologia à concepção de Deus dominada por uma simbologia masculina, atrelada à figura do Pai. Já nos séculos XIII e XIV as experiências místicas estavam muito relacionadas às mulheres, elas não tinham acesso a uma educação teológica, formal, por isso o contato delas com Deus tinha que ser direto, individual. Se por um lado a Igreja tinha como objetivo enclausurar as mulheres religiosas, por outro lado, essa foi uma época em que iniciava-se uma nova tradição de mulheres santas que faziam suas revelações e pregações. Muitos, entre homens e mulheres, assistiam as falas de viúvas que ficavam conhecidas como mulheres santas ou outras mulheres que mudavam suas histórias, uma delas era Margaret de Cortona, século XIII, antes prostituta, e depois dotada de grande respeito social em virtude de suas pregações⁷¹.

⁷⁰LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 43.

⁷¹ *Ibid.*, p. 37.

Catherine de Siena (1347-1380) e Birgitta da Suécia (estima-se que viveu entre 1302-1373) foram outras místicas que tiveram grande importância na época. A primeira fazia parte de uma família grande, que a prometeu em casamento com o intuito de obter vantagens. Assim como outras, ela se via como escolhida por Deus e enfrentou seus pais ao dizer que não poderia perder sua virgindade com um casamento, motivo pelo qual ela foi obrigada a realizar atividades domésticas pesadas para toda a sua família como forma de coação. Ela não cedeu em seus planos e após sofrer com uma doença que a deixou com uma febre alta e com marcas de bolhas pelo corpo, remetendo ao artifício de Hildegard ao explorar sua doença, ela conseguiu convencer sua mãe a encaminhá-la a um comunidade dominicana para mulheres.

O interessante é que, assim como o caso de outras místicas, o seu desafio e a sua insubordinação social e à família eram fundamentados justamente em sua capacidade de comunicação direta com Deus, sem qualquer necessidade de intervenção. Com o tempo ela conseguiu notoriedade política, acesso ao Papa até ser enviada especial tanto para ele quanto para a cidade de Florença. Existem contradições nas vidas e nos comportamentos dessas mulheres e o caso de Catherine também foi um exemplo de como a ideologia da época, de redenção pelo sofrimento, fundada no exemplo de Madalena, incidia especialmente sobre as mulheres. Junto com seu comportamento subversivo ela se flagelou, ficou sem falar durante três anos, com a exceção para se confessar, e não comia, hábito iniciado aos quinze anos, quando limitou sua alimentação a vegetais, água e pão⁷². Esse comportamento era comum entre as místicas da época, especialmente o jejum, para que a condição de santidade e purificação pudesse ser atingida.

A principal fonte de poder e de rebeldia de Thecla, Catherine de Siena e Christina de Markyate era a defesa da virgindade, o modelo fornecido pela figura de Maria. Porém, nos séculos XIII e XIV a mulher casada também tinha a oportunidade de ser considerada santa. Esse é o exemplo de Birgitta e Margery Kempe (1373-1440). Birgitta casou-se aos treze anos, mas conseguiu fazer com que seu marido esperasse para consumir o casamento até que ela atingisse a idade para ter filhos, oito filhos ao todo. As relações sexuais do casal sempre foram estritamente reguladas e a morte do marido em 1343 foi também uma conquista de

⁷² LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 47.

sua liberdade, para que seguisse a carreira religiosa com a qual sempre sonhara. Após a morte de seu marido ela conseguiu ser uma profeta e uma peregrina. Ela ainda fundou na Inglaterra o monastério Syon, dedicado à Virgem Maria, cuja abadessa teria as mesmas responsabilidades e autoridade daquelas que administravam os antigos monastérios mistos. Obviamente esse monastério foi alvo de críticas duras, mas ainda assim, era um forte exemplo de mulheres que lideravam a si mesmas.

Margery Kempe teve algo peculiar em sua história. Ao contrário das demais aqui tratadas, ela somente percebeu sua inclinação para a vida religiosa após o casamento e o nascimento de treze filhos. Ela não era de família nobre nem precisou ficar viúva para se dedicar ao que queria, simplesmente fez um acordo com seu marido para que ele abrisse mão da vida sexual e em troca ela deveria respeitar suas obrigações não só de ordem financeira com ele, como também social, as demais obrigações decorrentes do casamento estavam superadas. Ela conseguiu viajar, foi em suas peregrinações para Jerusalém, Roma, Espanha e Alemanha, e além disso, discutia suas visões com padres. A sua religiosidade não era exercida em mosteiros ou em conventos, que apesar das dificuldades ainda eram locais escolhidos por muitas mulheres para uma vida religiosa em coletividade, e sim em suas caminhadas, muitas delas solitárias ou em um meio masculino. Marlene LeGates observa que tanto Margery quanto Birgitte foram consideradas socialmente péssimos exemplos para as esposas, pois suas vidas seriam estímulos para as demais mulheres abandonarem a casa, o marido e os filhos⁷³.

Elas não conseguiram evitar a dominação masculina sobre seus corpos e na maioria das vezes a autoridade do clero era aceita, tanto que apesar da relação entre essas visionárias e a Igreja ser na maior parte do tempo conflituosa, elas não abriam mão de morrer abençoadas pelos padres, exceto as consideradas hereges. Como dito anteriormente, a linha entre o misticismo e a heresia podia ser muito tênue. As linhas que eram consideradas heréticas para a Igreja eram aquelas que adotavam a igualdade entre homens e mulheres. Algumas delas chegavam a possibilitar a existência de mulheres no cargo de padres, como foi o caso dos Lollards e dos Cathars, no sul da França. Na Itália, ao longo do século XIII uma

⁷³ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 40.

seita chegou a acreditar que sua salvação somente seria possível através da mulher e sua líder Guglielma de Milão pretendia que sua discípula chamada Maifreda se tornasse Papisa e indicasse mulheres como cardeais. Nos Países Baixos, os seguidores de Bloemardine pretendiam fundar um clero composto somente por mulheres.

Essas linhas sem dúvida eram consideradas heréticas, mas algumas mulheres visionárias tinham noção de que poderiam despertar a ira da Igreja sem participar de nenhuma dessas seitas, por isso elas sempre tinham em mente que deveriam ressaltar que era Deus quem falava através delas, aquilo que elas produziam não era próprio, era uma ordem divina, essa era a estratégia para que pudessem divulgar a produção. Assim, suas chances de defesa eram maiores. Tanto que o exemplo dado por LeGates de uma visionária que falou em nome próprio e não em nome de Deus foi Marguerite Porète, considerada herege, morreu queimada na fogueira em 1310⁷⁴ apesar do conteúdo de sua produção não ter nada de especial em relação às demais que sobreviviam e continuavam pregando na medida em que as autoridades da Igreja estavam dispostas a tolerá-las tanto no que diz respeito ao que falavam quanto às suas formas de vida e de comportamento.

A camponesa Joana d'Arc (1412-1431) é um bom exemplo para retratar até onde as autoridades estavam dispostas a tolerar comportamentos não convencionais. Aos treze anos ela começou a ouvir vozes que diziam que sua missão era guiar um exército e lutar pela França contra as invasões inglesas. Ao contrário da maioria das mulheres que seguiam esse caminho, ela não tinha origem nobre, e quando sua fase de vitórias sucessivas teve fim, certamente foi muito mais fácil a camada nobre virar as costas para ela e a Igreja condená-la como herege por negar a sua autoridade e reforçar que suas visões não decorriam de forças consideradas malignas ou não eram ilusões e sim enviadas por Deus. Joana d'Arc falava em nome de Deus, mas ela não tinha qualquer ligação com o clero nem qualquer tipo de orientação, não tinha um responsável por suas confissões, como muitas vezes as místicas tinham. Sem esse respaldo ela foi acusada de insubordinação às autoridades religiosas, aos pais, às normas de

⁷⁴ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 45.

conduta do comportamento feminino, já que se vestia como homem e vivia entre soldados.

Esses exemplos históricos aqui apresentados não podem ainda ser chamados de feminismo, pelo menos não como os séculos XIX e XX, pois falta uma maior organização e um reconhecimento da condição de opressão da mulher na época, que surge de forma mais nítida posteriormente. É claro que algumas delas apresentavam essa noção em seus discursos, porém, não era a regra. Certamente um fator que também contribuiu para obscurecer tal condição foi sem dúvida o controle exercido por muitos que faziam parte da Igreja. Se por um lado era uma grande oportunidade de se levar uma vida diferente da que se tinha no casamento, por outro lado, talvez as concessões fossem também grandes, não é por acaso que a maioria delas se apóia na virgindade ou se impõem jejuns e castigos corporais. Era uma estratégia para que conseguissem o que queriam, mas era também a afirmação dos modelos de mulher estabelecidos ao longo da Idade Média.

O que não se pode deixar de lado é o fato de haver nesse meio confuso já o que para Negri pode ser configurado como resistência a uma condição, no caso o casamento, a qual elas tinham certeza não querer fazer parte. De certa forma, esse tipo de percepção é bastante interessante, especialmente em uma época em que o mundo como era conhecido era diretamente ordenado e desenhado por Deus. Durante a Idade Média fazer oposição a algo tão arraigado socialmente quanto o casamento, sem dúvida pode ser considerado um grande feito, principalmente após observar que a brecha achada por essas mulheres foi na Igreja, com o suporte teórico do Cristianismo. Por esse motivo, é compreensível que elas buscassem apoio na pureza sexual para fugir do casamento, que Hildegard, por exemplo, vislumbrasse uma relação de complemento necessária na natureza do homem e da mulher, que se reflete na reprodução⁷⁵. O importante é ressaltar que as ações dessas mulheres não foram impossibilitadas, ao contrário, elas se apropriaram da religião para ter alguma espécie de autonomia e por mais contraditório que possa parecer, conseguiram se beneficiar dos modelos femininos instituídos na época. Por mais adversas que fossem as condições, elas buscaram formas de emancipação, de liberação.

⁷⁵ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 42.

3.2

Da Renascença às revoluções americana e francesa: os esforços da modernidade para impedir os processos liberatórios das mulheres

A modernidade tem início com a descoberta do plano de imanência, conforme exposto anteriormente, e a secularização do mundo decorre da implementação dessa perspectiva. Se agora não há uma ordem divina previamente estabelecida e fixa, se as leis não vêm mais do plano divino e sim de assembléias, o momento é mais propício para a contestação, ao contrário das condições da Idade Média, pois tudo passa a ser fundado nos conflitos políticos e tal fato possibilita a propositura de outras formas de configuração do sensível, bem como permite e absorve todo conflito existente para redesenhar o real, pois essa é a atividade própria da política, essa é a esfera de ação das assembléias. Porém, já foi verificado no capítulo anterior que a renascença foi um movimento cujo objetivo era a retomada do projeto transcendental e a retirada da potência de criação da multidão, em uma tentativa de inibir os processos liberatórios iniciados em tal período. A transcendência instaurada pelo Renascimento exerceu pressão sobre diversos processos constituintes, aqui será analisada a incidência desse esforço no que diz respeito às mulheres.

As condições a princípio são favoráveis às transformações. Nesse período, por exemplo, a educação que era valorizada se fundava não em um ensino formal nas universidades e sim em uma educação humanista pela filosofia e pela história⁷⁶. Sendo assim, a forma mais apropriada de aprender era com tutores ou em pequenos grupos de discussão, pequenas academias. Por isso, o acesso à educação da mulher estava disponível, desde que a família tivesse condições de promovê-lo. Quando as famílias tinham condições e desejavam, as mulheres de classes sociais mais elevadas conseguiam vivenciar o valor dado pelos humanistas à educação. Além disso, serviam como uma espécie de adorno em suas famílias, mostrando que eles se preocupavam com educação, com cultura. Até esse ponto a educação da mulher era muito bem vista e algumas chegaram a frequentar universidades e ter reconhecimento social pela cultura. As pioneiras nesse tipo de educação e reconhecimento foram as aristocratas italianas dos séculos XV e XVI,

⁷⁶ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 57.

estimuladas a estudar junto com seus irmãos e tutores. É o caso de Cassandra Fedele (1465-1558), nascida em Veneza, que aos doze anos era fluente em latim e grego e foi mandada para a tutoria de Gasparino Borro, com quem aprendeu filosofia, ciências e literatura. Ela trocava cartas com humanistas, foi convidada por Isabella de Castela para fazer parte de sua corte, mas não foi em virtude da guerra entre Itália e França. O auge do seu reconhecimento pela sua escrita e oratória foi entre os vinte e dois anos e os trinta e três, já que casou aos trinta e quatro e reduziu consideravelmente sua produção⁷⁷.

Assim como ela, outras tiveram o privilégio de terem acesso a uma educação e conseguiram não só notoriedade e respeito, como também admiração por isso. Além de escreverem poesia, elas também patrocinavam escritores, como as italianas marquesa Vittoria Colonna (1490-1547) e Veronica Gambara (1485-1550). A escrita tinha uma vantagem prática para as mulheres, pois teoricamente era compatível com as demais atividades delas, era uma atividade que poderia ser realizada dentro de casa. É importante observar que a educação foi chamada aqui de privilégio, isso porque para as nobres era mais defensável a educação até certo ponto, elas precisariam disso caso tivessem que assumir algumas responsabilidades decorrentes do cargo, mas para as demais mulheres não se reconhecia uma necessidade. Aliás, a própria educação das nobres era vista como perigosa, ora fantástica, ora como algo monstruoso. As nobres poderiam ter acesso, pois precisavam muitas vezes se portar como homem em situações de liderança, especialmente aquelas que assumiriam um governo, exemplo da Rainha Elizabeth.

O período era de grande turbulência política em razão das disputas religiosas e os Estados, as monarquias eram uma tentativa de se estabelecer uma ordem. Junto com as monarquias vinham também autoridade, hierarquia e patriarcado. Ao mesmo tempo, foi uma época que, por mais paradoxal que possa parecer, surgiram rainhas com muito poder, como Maria I (1516-1558), conhecida como sanguinária, Elizabeth I, Maria de Médici (1573-1642), Christina da Suécia (1626-1689) e Catharina a Grande (1729-1796). Porém, as rainhas não indicavam mulheres para cargos em seus governos e quase sempre associavam seu comportamento ao de um homem, mantendo um desprezo em relação à condição

⁷⁷ HARAGUCHI, J., *Fedele, Cassandra (1465?-1558)*. Universidade de Chicago. Disponível em

de mulher, como mostra a história. Elizabeth I (1533-1603) conseguiu utilizar um artifício tradicional, a virgindade, para a diplomacia, pois estabelecia diversas alianças com base em propostas de casamento. Elizabeth dizia ter um corpo fraco de mulher, porém o estômago de um homem no que se referia ao governo, o que contribuía para ressaltar uma suposta fragilidade natural da mulher, sendo o caso dela uma exceção. Maria de Médici também era ambígua em relação ao tratamento da mulher, ela estimulava modelos de mulheres retratadas como heroínas, mas ao mesmo tempo se utilizava do modelo de Virgem Maria para ela própria. Christina da Suécia foi criada pelo pai como um menino e, apesar de ter se recusado ao casamento por achar que ficaria em uma posição de subordinação, não escondia sua grande insatisfação com o fato de ser mulher.

Nesse sentido, já se percebe a necessária ligação entre o feminismo e as questões também de classe, em alguns momentos pesando uma unificação dos movimentos e em outros momentos a defesa de se pensar somente o problema do sexo. A questão social também apareceu no tópico anterior, no exemplo de Joana d'Arc, camponesa, muito mais facilmente perseguida por seu misticismo do que outras vindas de famílias nobres. A educação para a nobreza tem um sentido de coroação da aristocracia, mas para as mulheres em geral pode ser muito subversiva. Apesar da modernidade, as normas para o comportamento da mulher ainda eram aquelas da castidade e da manutenção do silêncio. Por isso, o discurso em público da mulher era visto como uma forma de transgressão dos papéis, pois a saída em público afastava as mulheres da casa, artistas eram confundidas com prostitutas, já que a noção de mulher pública era completamente distinta da noção de homem público, ou cidadão.

Cassandra Fidele chegou a ser considerada um ser exótico, pois havia nascido com corpo de mulher e alma de homem. É claro que nas condições dela isso pôde ser considerado uma excentricidade, um milagre por ser um homem em um corpo de mulher. Há exemplos de mulheres populares que se dedicaram à poesia e foram perseguidas. Veronica Franco (1546-1591) foi uma prostituta em Veneza que freqüentava também os salões de leitura, espaços onde homens e mulheres eram estimulados a debater. Por já ser considerada uma mulher pública, ela também não tinha motivos para manter o silêncio que se esperava de uma

mulher. Isso facilitava para perseguições sociais. Apesar de possuir importantes protetores, ela chegou a ser interrogada pela Inquisição. Ela valorizava o prazer sexual, porém também tinha a preocupação de mostrar que prostitutas também podiam ser inteligentes e possuir moral. Em alguns de seus escritos ela já concebia as mulheres como um grupo e lutou para a construção de um lar para mulheres pobres e mães solteiras, conquistado em 1570⁷⁸.

Aphra Behn (1640-1689) foi outra escritora considerada como uma aberração por seus contemporâneos. Assim como Veronica Franco, ela não vinha de uma classe alta. Teve sucesso em suas peças de teatro e conseguiu viver bem delas, mas tecia críticas árdidas a pilares da sociedade, pois defendia que as mulheres tinham o mesmo direito à liberdade sexual dos homens e ainda criticava os estereótipos sociais, especialmente aqueles que diziam respeito ao sexo. Além disso, os casamentos arranjados também faziam parte do grupo de alvos preferidos da autora em suas obras.

Os salões, criados na França no século XVI para abarcar os intelectuais isolados na época, foram os únicos lugares até o início do século XIX que se mantiveram constantemente abertos para dar suporte às mulheres que conseguiram ter acesso à educação, como espaços leigos, em que as críticas sociais eram permitidas. Por esse motivo, uma cultura feminina conseguiu ser criada nesses locais de escape das mulheres em que elas poderiam desrespeitar o silêncio, falando e escrevendo. O estilo mais desenvolvido pelas mulheres ao longo do século XVII, decorrente dos salões, foi o romance, com ênfase nas relações humanas e nos diálogos, muitos dos temas eram associados às mulheres, como o casamento, separação e relacionamentos com os filhos, mas sempre com um olhar crítico em relação a eles. Uma peculiaridade decorrente desse formato de trabalho é o fato delas terem conseguido questionar a própria concepção de autoria desses romances, pois as produções aconteciam no interior dos salões em meio aos debates, ou seja, eram conjuntas. Geralmente, quem assinava as obras ali produzidas era aquela ou aquele que tinha mediado as reuniões.

Obviamente, o acesso à educação que algumas tiveram não criou automaticamente um grupo de feministas e a tendência é imaginar que elas poderiam ter feito mais do que fizeram, ter experimentado mais desafios e um

⁷⁸ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 72.

pensamento mais crítico. Muitas tinham um comportamento mais subversivo, mas a produção nem sempre refletia isso. Porém, como bem observa LeGates, o renascimento não foi um período próprio para o pensamento crítico⁷⁹, como já visto no capítulo anterior, a renascença é um esforço do projeto da transcendência em sentido contrário aos processos de liberação. Por isso as dificuldades eram inúmeras. Mesmo com essas dificuldades, algumas mulheres conseguiram viver do que escreviam, como Christine de Pizan, Madeleine Neveu e Catherine des Roches, mas a maioria não escrevia profissionalmente. De qualquer forma, as suas ações merecem um olhar mais cuidadoso no intuito de respeitá-las devido às circunstâncias de sua época, pois souberam enfrentar o monopólio masculino da educação. Elas tinham que lutar por aceitação, portanto o estilo de vida, de estudo, de produção poderia ser definido também como uma espécie de luta por autonomia, mas era difícil haver também uma consciência formada para se chamar feminismo. Sem dúvida questões apareciam sobre a condição da mulher.

Nesse período, mais precisamente, do final da Idade Média até o fim do século XVII aconteceu a chamada *Querelle des Femmes*, que foi um intenso debate na literatura sobre as condições das mulheres, suas virtudes e seus vícios, e que permitiu a aparição de muitas contradições existentes sobre o tema. Cada época também deixou a sua marca, pois na Idade Média os exemplos de vida eram religiosos, com a Modernidade há uma ênfase em temas diferentes e a partir de uma perspectiva que não era a cristã, como o casamento, e até mesmo discussões sobre o Estado apareciam. A *Querelle des Femmes* atingiu diversos países, como Inglaterra, França e Espanha. Pode-se dizer que este foi um ensaio para balizar o início do feminismo, de suas correntes e de um esforço em sentido contrário à possibilidade aberta para as lutas das mulheres.

Porém, um problema desse debate está relacionado à utilização de sua estrutura para que os estudantes universitários exercitassem habilidades de metodologia e retórica desde a Idade Média, mas especialmente no século XVIII. Por esse motivo, muitas críticas às mulheres podem ter sido escritas pelos mesmos autores que defenderam a igualdade entre os sexos, em textos com as mesmas características e estilos de escrita, porém em sentidos contrários, podendo ser em algumas circunstâncias mais um exercício do que efetivamente um debate entre

⁷⁹ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 68.

divergentes sobre o tema. O cuidado para analisar as discussões da *Querelle* deve ser redobrado para diferenciar o que faz parte da *Querelle* e o que foi realizado com o fim de praticar método e retórica.

Os historiadores atribuem à Christine de Pizan o início da *Querelle*, com sua obra “A Cidade das Damas”, em 1404. No início de seu livro principal, ela declara sua insatisfação por ter nascido mulher, por Deus ter dado esse castigo, de nascer em um corpo feminino⁸⁰. Logo depois ela cria três personagens, a Razão, a Retidão e a Justiça. A Razão contribui para que Christine desconfie de tudo o que os filósofos já sentenciaram até então sobre a inferioridade da mulher, e com a contribuição cristã, ela conclui que se Deus é perfeito, ele não pode criar seres imperfeitos, inferiores e assim ela atinge uma igualdade primeira entre homem e mulher, a mulher não pode ser um homem imperfeito, incompleto, ela é igual, caso contrário, Deus não seria perfeito.

A Virgem Maria para ela redimiu os pecados de Eva e é o ícone de sua cidade, motivo pelo qual os homens deveriam venerar as mulheres, pois havia uma ligação direta entre elas e o plano divino. Em sua obra a autora reconhecia a violência física e moral sofrida pela maior parte das mulheres e o fato das mulheres em sua maioria não terem acesso à educação da mesma forma que os homens por serem obrigadas a ficar em casa. Incluía em sua cidade mulheres de todas as camadas sociais. Apesar de todo esse reconhecimento de questões relevantes para as mulheres, LeGates ressalta que as virtudes mais admiradas por Christine de Pizan nas mulheres eram a humildade, passividade e capacidade de obedecer, portanto, com maridos violentos, as mulheres deveriam ser pacientes e submissas para que suas almas tenham mérito⁸¹.

Os argumentos de defesa das mulheres geralmente as colocavam em um patamar superior em vez de se promover uma defesa da igualdade. Por mais que no início da Modernidade a descoberta do plano de imanência tivesse alterado a forma de justificação do poder, na medida em que as leis passavam a ser produzidas nas assembléias, nota-se que o trabalho do poder constituído foi intenso, pois a estrutura hierárquica conseguiu ser mantida nesses debates. Esse tipo de defesa de uma superioridade feminina tem sentido em uma sociedade que

⁸⁰ Cf. ZUBER-KLAPISCH, C., Introduction, In DUBY, G.; PERROT, M., *Histoire des femmes en occident – Le Moyen Age*, p. 11.

⁸¹ Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 108.

não se pensa em termos igualitários e sim em superior e inferior. A discussão é para inverter a relação dentro dessas circunstâncias, portanto, é compreensível que nesse momento a disputa seja para definir e comprovar quem é superior.

Na *Querelle* alguns autores reconhecem o peso da cultura para estabelecer a inferioridade feminina. Nesse sentido, Henricus Cornelius Agrippa em sua Declaração da Nobreza e da da Proeminência do Sexo Feminino, de 1529, apesar de insistir na superioridade natural da mulher, identifica a subordinação feminina como uma questão cultural⁸². Essa segunda parte de suas considerações irá inspirar outras produções nesse mesmo sentido. Mais tarde, porém, Agrippa renega sua obra dizendo que preferia se dedicar a coisas mais sérias e importantes do que as discussões provocadas na *Querelle*.

Apesar das dificuldades no debate, da ambivalência das considerações acerca das virtudes das mulheres em relação aos homens, pois sabe-se que esse discurso justifica uma maior cobrança moral no comportamento da mulher do que do comportamento do homem, foi um momento em que a maioria daqueles que defendiam as mulheres tinham em mente que homens e mulheres eram diferentes em virtude das convenções sociais. Quando alguém dizia que as mulheres pretendiam virar na verdade homens em razão de serem imperfeitas, prontamente já se respondia em sentido contrário que elas não queriam virar homens em busca de uma perfeição, e sim o que elas desejavam a mesma liberdade da qual eles dispunham, como foi a defesa de Baldesar Castiglione (1528). A educação feminina acabou se transformando também em outro assunto constantemente defendido nesses ciclos para que elas pudessem ser intelectualmente iguais. Algumas autoras chegavam a entender que se submetidos aos mesmos processos de educação as meninas se destacariam mais do que os meninos, como Lucrezia Marinelli afirmava em 1601⁸³. LeGates observa que François Poullain de la Barre (1647-1723) vai ainda mais longe, dizendo que a inferioridade feminina nada tinha de racional, decorrendo somente de um preconceito, pois a mente não possuía um sexo e no império da razão em que viviam não havia mais espaço para esse tipo de pensamento. O autor admitia, portanto, que as mulheres se dedicassem a qualquer área do saber, como matemática, teologia, direito,

⁸² Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 111.

⁸³ *Ibid.*, p. 112 et. seq.

medicina e política. Porém, a autora ressalta que o interesse de Poullain era mais em exercitar o método cartesiano do que se envolver com a questão da mulher.⁸⁴

Havia também quem preferisse colocar mais força no argumento da diferença entre homem e mulher, em vez de defender uma igualdade primária entre os dois, se transformando em diferença no interior da sociedade. Esses argumentos de certa forma já adiantam as correntes feministas do século XIX, que trabalham com concepções como a do feminismo fundado na maternidade e do feminismo cultural. Essas correntes se fundamentam em uma maior capacidade inata da mulher para o pacifismo e para a solidariedade⁸⁵. Por isso, elas se mostram mais afinadas com a defesa de um modelo hierárquico e dualista, porém, invertendo a ordem e colocando o feminino em um patamar especial em relação ao masculino.

A *Querelle des Femmes* se tratava muitas vezes mais de um exercício de retórica do que uma discussão sobre direitos. Muitos textos podem ter sido produzidos pelas mesmas pessoas, mas em sentidos opostos com o fundamento de treinar metologia e dialética. Porém, o esforço daqueles que participaram e contribuíram para o debate com mais compromisso deve ser considerado, afinal ali estavam presentes os temas que dariam origem a diversas correntes do feminismo que se consolidaram no século XIX, quando o termo feminismo foi cunhado e o movimento ganhou expressão e foi consolidado em suas diversas vertentes. Por esse motivo, pode-se dizer que muito se deve aos debates da *Querelle des Femmes*, que continuará até o fim do século XVII.

O contratualismo é comumente interpretado como um marco para que se pudesse começar a pensar propriamente em feminismo, já que se atribui a esse

⁸⁴ Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 122.

⁸⁵ A influência dessa perspectiva no feminismo do século XX é duramente criticada por Elisabeth Badinter. Primeiro por significar, em última instância que a mulher é de fato superior ao homem moralmente, o que aumenta as expectativas sociais em relação ao seu comportamento, fazendo com que os erros das mulheres sejam mais graves do que o dos homens. Em segundo lugar, por que são posições excludentes na medida em que aquelas que não querem passar pela experiência da maternidade ou não podem por qualquer problema estarem fora do alvo do feminismo. Por último a autora desmistifica esse pacifismo com exemplos não somente de mulheres que participaram de processos revolucionários, como também, mulheres que colaboraram com regimes como o nazismo, atuando fortemente em campos de concentração feminino e em perseguições como as de Ruanda. Cf. BADINTER, E., *Rumo Equivocado: o feminismo e alguns destinos*, p. 76. Outros exemplos bem claros de que a mulher não é naturalmente pacífica são os comportamentos das rainhas aqui mencionadas, como Maria I da Inglaterra, responsável por grande perseguição aos protestantes e Elisabeth I que sabia jogar politicamente com o fato de ser conhecida como a rainha virgem.

momento de produção política a noção de que a sociedade civil é construída coletivamente, e para LeGates, Locke foi o autor que mais contribuiu para essa visão⁸⁶. Sendo assim, esse seria o período mais favorável às críticas sociais. Porém, como já visto, a descoberta da potência criativa da humanidade ocorre no início da Modernidade, que para Negri e Hardt ocorre entre os anos de 1200 a 1600, com o plano de imanência. Assim, o contratualismo seria na verdade um mecanismo de controle social, já dentro da atuação do poder constituído.

As contradições dentro do contratualismo e os motivos pelos quais ele não funcionou para o feminismo serão mostradas a partir das considerações de Carole Pateman mais à frente. Porém, muitas feministas se animaram com as idéias contratualistas e decidiram utilizá-las, especialmente inspiradas em Locke e, mais tarde, traçando toda uma corrente a partir de Rousseau, tentando reverter uma tradição que não lhes era favorável. Apesar das condições desfavoráveis, muito do que foi pensado nessa época ajudou também a configurar o feminismo do século XIX. O final do século XVII e início do século XVIII apresentam um outro rumo para as mulheres, especialmente para as inglesas, que são diferenciadas como as primeiras feministas por apresentarem uma noção de mulher como uma coletividade, um grupo submetido a um aparato de dominação comum. Nesse sentido, aparecem na *Querelle* mais conselhos nos romances escritos às mulheres para evitar o casamento. Ao longo do século XVII, tanto na Inglaterra quanto na França, com reflexos na Espanha⁸⁷ o casamento era muito criticado na poesia e no romance produzidos por mulheres como um mecanismo de política sexual e certeza de concentração econômica nas classes mais altas, ao mesmo tempo em que a amizade entre as mulheres era fortemente celebrada. No campo da amizade entre mulheres, é importante ressaltar que a princípio elas não tinham problemas em exaltar toda a admiração e encanto que muitas diziam ter por outras mulheres,

⁸⁶ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 121.

⁸⁷ Maria de Zayas incorporou em sua produção as questões feministas suscitadas na *Querelle* e fez do problema entre os sexos o seu grande tema, argumentando também em sentido contrário ao casamento e estimulando as mulheres a assumir o controle de seus destinos., apesar de em sua obra a visão ainda ser mais no sentido de tecer uma solução individual para o problema do que uma solução para as mulheres enquanto grupo. Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 128. Se ao longo da Idade Média a questão se dava mais pelo exemplo individual de resistência a uma estrutura de poder e ao casamento que limitavam as perspectivas das mulheres e os modelos serviam de inspiração para outras, agora há nitidamente um posicionamento contrário a essas estruturas e um reconhecimento de determinadas condições comuns às mulheres da época, ainda que as soluções sejam restritas principalmente à esfera individual.

como fizeram Katherine Philips (1631-1664) e Sarah Robinson Scott em 1762, que propôs uma comunidade de mulheres em seu romance, também aberta aos pobres. Geralmente o problema aparecia quando elas desafiavam os limites estabelecidos entre os sexos, reproduzindo o comportamento masculino, como coloca LeGates⁸⁸. Bathsua Makin (1600-1675) foi uma das que se destacou escrevendo para as mulheres especialmente e defendendo o acesso delas à educação.

O século XVIII foi especialmente interessante para a produção francesa sobre o tema. As desigualdades entre os sexos eram facilmente apontadas por escritoras como Marie Jeanne Riccoboni (1713-1792). A princípio, a proposta pode parecer com a da Idade Média, pois a tendência era sempre o apelo ao celibato, porém a escolha por uma vida sem casamento tinha um fundamento mais claro para essas mulheres, pois o abuso do poder que os homens tendiam a apresentar na família era amplamente noticiado por elas. Os romances têm um papel fundamental nessa estrutura, pois são uma espécie de termômetro do crescimento de uma consciência feminista; em outras palavras, da percepção de uma estrutura de poder que incidia nessas mulheres pelo fato de serem mulheres, estipulando regras e padrões para seus corpos, comportamentos e vidas que as colocavam em grau de inferioridade em relação aos homens. Ao mesmo tempo, surgia também a idéia de que o casamento deveria ser realizado para a satisfação do casal e não como um compromisso com os interesses estipulados pelas famílias. Todo esse movimento chamado de tomada de consciência que ganhou muita força no século XVIII foi fundamental para a estruturação dos diversos processos constituintes que compõem a primeira e segunda ondas do feminismo.

É nesse momento que o *Journal des Dames*, criado em 1759 para ser uma fonte de entretenimento para as mulheres, já que elas eram consideradas ociosas e sem inteligência, passa para as mãos de Madame de Beaumer em 1761 e vira um instrumento e um ícone para o feminismo, apesar de sua curta duração, pois foi censurado em 1762. Além da peculiar relação com o feminismo, o jornal se posicionava pela tolerância religiosa e pela justiça social. Durante esse curto espaço de tempo, o jornal estimulou o exercício da crítica pelas mulheres, bem como o estudo e a discussão pública. Ele também apresentava constantemente

⁸⁸ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 130.

exemplos de histórias de vida, como a da rainha Christina da Suécia e as experiências de mulheres vindas de classes de trabalhadores e que conseguiam se destacar em profissões que não eram convencionais nem ao seu sexo nem à sua posição social. Porém, em 1763, quando o jornal é retomado por outras mulheres, elas percebem que o feminismo ainda não tinha nem um suporte teórico bem fundado e que o alcance dele não era grande. Nesse momento, os salões, fundados geralmente por mulheres, começavam a ter sua importância questionada e suas mazelas eram comumente atribuídas à presença de mulheres, consideradas levianas, fúteis e grandes responsáveis pela corrupção na sociedade pelos próprios intelectuais aos quais elas abriam espaço e davam apoio financeiro. A última diretora do jornal foi Madame de Montanclos, em 1774, muito favorável ao pensamento de Rousseau.

Esse argumento inicia um processo em que alguns pensadores irão trabalhar com a educação não no sentido que determinadas feministas já haviam defendido, mas precisamente na reforma da mulher. O que ganhou maior notoriedade foi sem dúvida Rousseau, com os modelos de Emílio e Sofia, de 1762. Sofia é um modelo para a educação da mulher, criada para ser esposa, enquanto Emílio cresce para se tornar o paradigma de cidadão. Apesar dessa disparidade na educação dos dois, é surpreendente o fato de uma boa parte do feminismo, em especial no século XIX, se fundar no pensamento de Rousseau. Obviamente tal fato ocorreu porque muitas se apropriaram da mulher no papel natural de mãe e de esposa e da nobreza da mulher enaltecidos por ele, especialmente as que deram origem no século XIX ao chamado feminismo maternal, cujos problemas serão examinados adiante, atribuindo às mulheres uma suposta função de polícia, pois elas deveriam ser responsáveis pela observância da moral na sociedade, criando seus filhos de forma virtuosa, para que fossem bons cidadãos. O principal problema é a defesa e a valorização do papel mais doméstico da mulher, estando mais de acordo com a tradição e com o poder constituído do que propriamente com o reconhecimento de uma condição de subordinação da mulher e de uma luta por liberação.

Porém, na época Mary Wollstonecraft foi uma das poucas a se opor ao pensamento de Rousseau, considerando-o um inimigo. Ela partia de um ponto comum a ele: a superficialidade das mulheres das mais altas camadas da sociedade. Apesar dessa concordância inicial, os rumos eram completamente distintos, pois se as mulheres eram superficiais, isso se devia à criação delas. Por

uma questão de manutenção do poder, os homens as estimulavam a cultivar hábitos superficiais. Assim, as mulheres não poderiam ser responsabilizadas pelo quadro degradante da sociedade. Na verdade, para Wollstonecraft o problema era justamente a concentração de poder nas mãos dos homens. É importante ressaltar que, apesar das dificuldades teóricas e do grande esforço no sentido de trazer a mulher para o espaço interno, ao longo das revoluções americana e francesa, havia mulheres que não só participaram e apoiaram os processos revolucionários como também souberam se apropriar do tempo para apontar as peculiaridades dos mecanismos de poder aos quais estavam submetidas, como uma forma de poder constituinte.

A revolução americana não será profundamente analisada aqui, sendo somente alvo da investigação as especificidades em relação à atuação das mulheres ao longo do processo revolucionário. Tal atuação tem início em 1774 com a intensificação das condições que precederam a guerra. Nesse ano, um grupo de cinquenta e uma mulheres assinaram uma petição na Carolina do Norte em um ato pela responsabilidade pública. O ato em si foi de pequeno porte, mas essa foi uma primeira manifestação das mulheres americanas, que até então nem as das camadas mais elevadas tinham a tradição das francesas de opinar e se envolver com política. Nessa época há uma transformação significativa, pois se antes elas entendiam que esses assuntos deveriam ficar a cargo dos homens, agora elas acompanhavam os jornais, boicotavam produtos importados, assediavam vizinhos com ligações políticas com a Inglaterra e que detinham o monopólio de alguns produtos. Iniciada a guerra, algumas atuaram como espiãs, mensageiras e até mesmo como soldados, outras se organizavam e iam de porta em porta arrecadando dinheiro e mantimentos para as tropas, como foi o caso do movimento realizado pelas mulheres na Filadélfia, em 1780, que inspirou mulheres em outros estados. As mulheres negras também se apropriaram desse momento de tensão e muitas fugiram das fazendas nas quais eram mantidas como escravas.

A participação das mulheres na revolução americana foi considerável, porém os homens geralmente ridicularizavam as atividades as quais elas se dedicavam. Um exemplo de personagens bastante conhecidos na história é dado por LeGates, ao examinar a relação de John Adams e sua mulher Abigail Adams. As manifestações que demonstravam o interesse que Abigail tinha por política

ficaram restritas à esfera privada, na troca de cartas do casal. Em 1776 ela pede em uma das cartas que seu marido não esqueça das mulheres no ordenamento jurídico da nova República, afirmando que todos os homens seriam tiranos se pudessem e que portanto os maridos não deveriam ter todo o poder em suas mãos, caso contrário, as mulheres poderiam iniciar rebeliões, uma vez que elas não se submeteriam a nenhuma lei que não as representasse. A resposta de John Adams a essas reivindicações foi que diante delas ele nada poderia fazer, a não ser rir⁸⁹.

O estado de Nova Jersey chegou a reconhecer o direito de voto às mulheres e aos negros durante um tempo, já que a constituição do estado falava em todos os habitantes livres. Em 1790 ainda houve uma inclusão do termo “ele ou ela” por uma lei eleitoral. Porém, houve um retrocesso em 1807, que restringiu o voto aos homens brancos. As mulheres chegaram a votar em outros lugares em função das suas posses, propriedades, como na França, na Inglaterra e em Quebec, por exemplo. No século XIX, porém, as legislações adotaram um outro vocabulário e se antes havia uma indiferença em relação à questão sexual, pesando mais a propriedade, nesse momento as leis explicitam a discriminação a partir do sexo. Em relação ao problema da escravidão, a revolução americana não foi suficiente para por fim, ou melhor, na concepção negriana, uma das conseqüências da retomada do poder constituído e interrupção do poder constituinte foi a manutenção da escravidão. Apesar das dificuldades, Elizabeth Freeman ficou conhecida por ter lido a Declaração de Independência na casa de seu senhor e a partir desse episódio decidiu pleitear sua liberdade no judiciário, em Massachusetts, o que resultou no fim da escravidão no estado em 1781.

O processo revolucionário americano ainda trouxe esperança às mulheres no que se refere à possibilidade de modificação das condições da vida privada. A guerra fez com que os homens se afastassem de casa e de suas atividades rotineiras, deixando todas essas responsabilidades nas mãos das esposas. Muitas pretendiam que o retorno de seus maridos não implicasse na perda dessas conquistas, o que as levaram a defender uma divisão igual do comando dessas responsabilidades, já que elas tinham um grande receio que a volta dos maridos após um período de guerra os levassem a agir na família como verdadeiros comandantes. A revolução americana conseguiu ser uma grande oportunidade

⁸⁹ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 137 et. seq.

para as mulheres na medida em que elas começaram a se politizar. Porém, o momento posterior ao processo revolucionário implicou em grande queda econômica, já que uma nova estrutura, a partir da industrialização, começou a se formar. Por trás disso, estava também uma retomada de legislações mais conservadoras, que retiravam das mulheres a possibilidade de exercer algumas atividades que anteriormente eram realizadas por elas. Em alguns lugares as viúvas perderem o direito até mesmo à parte da herança de seus maridos que lhes cabiam.

A estratégia no momento posterior à revolução americana era apelar ao argumento de Rousseau acerca da valorização do papel da mulher dentro de casa. Para isso, foi necessário apresentar às mulheres uma importância política na dedicação exclusiva à vida privada e à maternidade, qual seja, a de criar os cidadãos exemplares. Certamente esse discurso atendia aos interesses masculinos, pois com o retorno aos seus lares, os homens se preocuparam em ter seus antigos papéis de volta e não compartilhá-los com as mulheres. Ao mesmo tempo, era necessário reeducá-las para esse papel doméstico. A América Republicana ainda discutiu sobre que tipo de educação as mulheres deveriam ter, se seria simplesmente uma educação para a vida privada ou se elas deveriam ser educadas para a vida pública, sem confinamento, com o objetivo de estimular o lado racional delas⁹⁰. A discussão foi sobre a educação das mulheres, porém, restrita às brancas. As mulheres negras do sul não teriam essa possibilidade de expandir sua educação, especialmente por ser do interesse de seus donos a manutenção de sua ignorância. A questão das mulheres ficou pendente na revolução americana, bem como a racial. Nas palavras de Antonio Negri:

A fronteira da liberdade, a possibilidade coletiva da potência, o senso de apropriação como expressão da singularidade e forma do trabalho vivo – estes são os conteúdos irresistíveis do poder constituinte americano. As perversões, as traições sofridas, o bloqueio constitucional, as interpretações desviantes não o suprimem, só o renovam. Nos Estados Unidos, a ruptura radical – que depois se torna inercial – entre o espírito constituinte e a constituição é assinalada por um fato originário: a manutenção da escravidão e, de modo mais geral, a questão dos “afro-americanos”. Esta ruptura cromática é também uma ruptura conceitual: ruptura da universalidade do conceito de liberdade e de igualdade. Não por acaso, toda grande crise constitucional americana é marcada pela retomada do espírito constituinte por

⁹⁰ Essa defesa de uma educação para as mulheres que as preparasse para a vida pública foi fundado em Judith Sargent Murray, que escreveu um artigo cujo título era “Sobre a igualdade dos sexos”, em 1779. Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 139.

parte do povo afro-americano – da Guerra de Secessão até os anos sessenta do século XX. Atravessando e desafiando a Constituição e as máquinas políticas, o princípio constituinte revive sempre, manifesta-se como escândalo da liberdade e, ao mesmo tempo, como única solução para sua crise⁹¹.

Sem dúvida, o princípio constituinte da revolução americana foi retomado pelo movimento negro. Porém, é necessário reconhecer a luta das mulheres nesse processo, uma vez que assim como a condição dos afro-americanos, a condição das mulheres também ficou comprometida após a revolução americana, apesar dos ideais que serviram de fundamento para ela, escancarando a incoerência do final do processo revolucionário. Por esse motivo, a segunda onda do feminismo, que também tem como um dos principais marcos os Estados Unidos na década de sessenta do século XX, é um resgate de um dos problemas adiados no final da revolução americana, quando o poder constituinte foi aprisionado pelo poder constituído, momento que teve como ápice a elaboração da Constituição americana.

A revolução francesa também contou com a atuação das mulheres para seu desenvolvimento, não só no que diz respeito à relação delas com os demais grupos que atuaram nesse processo constituinte, como também em sua articulação como propriamente um grupo de mulheres, que se apropriaram daquele momento histórico e dos ideais de liberdade e igualdade que nortearam a revolução para reivindicar os mesmos direitos pelos quais seus companheiros homens revolucionários estavam lutando. Elas de fato perceberam que poderiam utilizar os fundamentos revolucionários a seu favor.

A revolução francesa teve como objetivo colocar um ponto final no antigo regime, cuja estrutura era fundada na monarquia absoluta, em uma Igreja oficial e na categoria da aristocracia com determinados privilégios. A Declaração de Independência norte-americana de 1776 ressaltando a igualdade estabelecida entre todos os homens serviu como inspiração para esse feito, refletindo-se especialmente na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. No primeiro momento, a convocação dos Estados-Gerais estimulou uma série de petições tanto de homens quanto de mulheres para que seus interesses fossem observados. Havia ainda alguma esperança de que os direitos considerados naturais dos homens passassem também a incidir sobre as mulheres. Essa foi a

91 NEGRI, A., *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 276.

proposta de Etta Palm d'Aelders, que afirmou ser o homem sempre dotado de determinados privilégios, enquanto que praticamente metade da humanidade tinha sido esquecida.

A Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão deixou desamparadas ou sem representatividade no chamado povo francês algumas categorias, sendo elas: a classe trabalhadora de homens, os negros e as mulheres. As duas primeiras categorias chegaram a ser debatidas, mas as mulheres foram desconsideradas pelos delegados. A escravidão chegou a ser abolida em 1794, assim como foi estabelecido o voto masculino universal, sendo ambas as conquistas cassadas por Napoleão. Porém, a própria revolução reiterou a inferioridade das mulheres nos campos jurídico e político, já que aquelas que falavam em nome da igualdade de sexo geralmente eram ridicularizadas. Para Carole Pateman, cuja teoria será examinada mais adiante, o patriarcado estava muito enraizado na sociedade, pois apesar do grande potencial da revolução francesa, decorrente sem dúvida de seus ideais, não houve de fato uma transformação na condição das mulheres.

Apesar das limitações sofridas pelo poder constituinte na revolução francesa, alguns feministas conseguiram ter destaque e expor as suas reivindicações. Foi o caso do marquês de Condorcet (1743-1794), aristocrata e matemático, que havia freqüentado os salões e por isso tinha contato com mulheres intelectuais. Ele e sua mulher chegaram a fundar um salão. Condorcet não apreciava as idéias de Rousseau e entendia que as mulheres deveriam ter os mesmos direitos dos homens, pois possuíam as mesmas capacidades. Ele foi quem sugeriu durante a reunião dos Estados-Gerais que o direito ao voto fosse ampliado às mulheres no mesmo molde dos homens, ou seja, levando em consideração a propriedade. Posteriormente chegou a pedir pelo sufrágio universal, ressaltando a tirania do ato de negar às mulheres o direito ao voto. Defendeu a igualdade à educação em 1791, na Assembléia, e além de ser contrário à escravidão e prever a possibilidade de divórcio, ele ainda lutou pela legalização da condição dos homossexuais e pelo controle de natalidade. Por esses motivos, ele foi condenado, mas conseguiu viver escondido durante um tempo vestido de mulher, até ser preso e morrer em 1794.

As idéias de Condorcet chegaram a tomar uma dimensão relevante em panfletos na época, tanto em relação aos homens quanto às mulheres, porém, as feministas que conseguiram maior destaque foram as mulheres. Uma delas foi

Marie Gouzes, conhecida como Olympe de Gouges (1748-1793), autora da Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), em resposta à Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que desconsiderava por completo a questão da mulher. A Declaração da autora tinha por base um modelo de contrato que deveria substituir o contrato de casamento. Obviamente, a Declaração tinha problemas e um deles dizia respeito justamente à adoção da forma do contrato, cujas principais questões serão colocadas adiante. Porém, já se pode observar que o apelo à natureza é ambíguo, na medida em que ele serve aparentemente para defender a igualdade, na verdade se presta à manutenção da estrutura do poder constituído. A Declaração de Olympe de Gouges em seu primeiro artigo diz que homens e mulheres nascem livres e iguais, sendo a possibilidade de diferença na sociedade somente justificada a partir da utilidade geral. Apesar do esforço feito pela autora, percebe-se que a redação gera possibilidade de interpretação contrária aos avanços em relação aos direitos das mulheres⁹².

Outros grandes nomes do feminismo que começava a surgir na época eram Etta Palm d'Aelders e Théroigne de Méricourt. A primeira fez um discurso na Assembléia em prol do fim da discriminação com base no sexo, tendo como alvo uma lei sobre adultério que trazia tratamento desigual em relação aos sexos. Além disso, foi a fundadora de um clube de mulheres em Paris que apoiava a revolução e tinha como principal meta uma legislação sobre o divórcio que tratasse da mesma forma mulheres e homens. A segunda defendeu a criação de um exército armado de mulheres para dar suporte à República fundada em 1792, solicitando a todas as mulheres que refletissem sobre seus papéis naquela sociedade e sobre quais seriam seus papéis a partir daí. Essas mulheres citadas como exemplo de atuação durante a revolução francesa possuem em comum histórias de vida nada convencionais para a época.

Marie Gouzes era filha bastarda de um aristocrata. Foi obrigada a se casar por uma mera conveniência durante pouco tempo. Logo depois, jurou não se casar mais, se transformou em atriz e escreveu peças. Palm d'Aelders foi baronesa nos Países Baixos e por um tempo espiã. Théroigne de Méricourt foi amante de um

⁹² Os demais artigos da Declaração consagram a igualdade de direitos no que diz respeito à liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão (art. 2º), atrela a soberania à representação de homens e mulheres (art. 3º) e prevê que as leis devem ser geradas a partir da vontade tanto de homens quanto de mulheres, diretamente ou através de seus representantes (art. 4º).

militar e fez carreira como cantora. Porém, ela se sentiu traída pelos homens que fizeram parte de sua vida, considerando tal fato fruto da tirania que os homens exerciam sobre as mulheres. Neste momento já havia um reconhecimento de opressão às mulheres como grupo. O amor à revolução era grande em todas elas, antes mesmo do feminismo. Porém, sofreram por serem mulheres o que demonstrava a incompatibilidade dos ideais da revolução com as condições reais das mulheres. Havia muitas dificuldades de romper com a segregação mesmo no interior do processo revolucionário e entre os homens revolucionários. Se suas vidas tiveram em comum o não convencional, o destino delas também foi igualmente trágico. Olympe de Gouges foi para a guilhotina por ter simpatia com a realeza, Palm d'Aelders foi mandada para a Holanda e Théroigne foi parar em um asilo para loucos.

É necessário também dar uma maior ênfase à já mencionada Mary Wollstonecraft, inglesa que foi para a França acompanhar de perto a revolução. Sua principal obra, *Em Defesa dos Direitos da Mulher*, de 1792, foi considerado um marco no feminismo no que diz respeito ao avanço das reivindicações desde Christine de Pizan. Wollstonecraft desejava que as mulheres fossem vistas não como heroínas capazes de grandes feitos morais ou como incapazes, mas simplesmente como igualmente dotadas de razão, se afastando claramente das idéias de Rousseau. Nesse sentido, as idéias defendidas em sua obra diziam respeito à igualdade civil entre homens e mulheres, à educação igualitária, à independência financeira e à representação política. Porém, mesmo ela fazia a ressalva de que não pretendia estimulá-las a deixar suas famílias, afirmando que a independência feminina faria com que as mulheres se tornassem melhores mães e esposas. Talvez isso fosse uma estratégia de aceitação, talvez fosse um simples recuo em sua teoria.

O feminismo da época não foi composto somente por esses grandes nomes que conseguiram vencer as dificuldades e se perpetuar na história. A radicalização do processo revolucionário francês permitiu que a classe de trabalhadoras se envolvesse, lutando também por avanços no direito e na participação das mulheres, reivindicando para elas as conquistas dos homens. A radicalização da revolução para as mulheres significou uma radicalização na igualdade. Elas começaram a participar de comícios políticos nos poucos lugares e clubes que viabilizavam encontros mistos. Fundaram grupos separatistas como a Sociedade

Parisiense de Mulheres Republicanas, que mais tarde ficou conhecido como o primeiro grande grupo de mulheres com interesses políticos comuns no ocidente. O principal objetivo dizia respeito à conquista da participação feminina na esfera pública, desconsiderando as obrigações tão enraizadas na sociedade da esfera privada. Para conseguir tais conquistas, elas consideravam essencial a presença das mulheres em atividades militares. Por esse motivo, trezentas mulheres assinaram uma petição para a Assembléia para fundar uma guarda nacional, incluindo também o direito ao voto feminino como uma reivindicação. Essas demandas desconstituíam completamente a teoria republicana de Rousseau, importante fonte inspiradora da revolução, que pretendia moralizar a sociedade e tinha como um dos pilares a diferença entre os sexos.

As mulheres que se dedicavam à revolução somente eram aceitas se mantivessem um certo discurso, se elas afirmassem que sua participação tinha como objetivo o bem-estar da família. A marcha das mulheres trabalhadoras até Versailles foi em certa medida celebrada pelos homens. Porém, as armas que carregavam com elas, como pistolas, espadas e lanças, causaram desconforto nos homens da época, que passaram a acreditar que as mulheres se transformavam em homens para a luta pela revolução. É interessante ressaltar que a própria Olympe de Gouges criticava o comportamento dessas mulheres e as acusava de negligenciar a própria casa e seus afazeres domésticos. Certamente, sua Declaração estava contaminada por esse tipo de pensamento, não sendo fruto do acaso o sentido ambíguo do primeiro artigo. Se o seu nome entrou para a história do feminismo, sem dúvida as ações dessas mulheres das camadas populares produziram um grande impacto social, uma vez que desconsiderava o papel tradicional da mulher. Algumas ainda tentavam se justificar, como Pauline Léon, que encaminhou uma petição à Assembléia requerendo o direito ao armamento das mulheres, ressaltando sua devoção à casa, mas ainda assim, a Convenção Nacional não aceitava com tranquilidade tal pleito.

A partir desse momento, tem início um intenso esforço em sentido contrário à luta dessas mulheres. O poder constituído começa a tentar controlar de todas as formas os esboços de avanço do poder constituinte, causando reflexo no feminismo que surgia. O ano de 1793 foi significativo, pois em abril foi decidido que elas não poderiam mais fazer parte do exército. Em outubro do mesmo ano foi retirado delas o direito à petição e à assembléia. A Convenção Nacional apelou

para a concepção de natureza, entendendo que a natureza da mulher não tinha compatibilidade com qualquer tipo de ativismo político. O argumento da natureza mais uma vez ganhou força para justificar uma imposição social e política. Resta saber como o poder constituído poderia explicar o avanço dessas mulheres até esse momento, já que elas eram tão incompatíveis naturalmente à revolução. As proibições ficaram cada vez mais intensas, até o momento em que elas não mais podiam se reunir em público em um número maior do que cinco.

Os últimos golpes que fizeram com que a condição da mulher fosse pior nesse momento do que no início da revolução se sustentaram com base no código civil de Napoleão, de 1804. O divórcio foi excluído do ordenamento, assim como as alterações na lei sobre adultério. As penas previstas para o adultério da mulher iam da prisão até mesmo à pena de morte aplicada por seu marido. O homem era punido de forma mais branda, como trazer a amante para a casa da família. A parte do código que dizia respeito ao casamento somente foi alterada de forma substancial em 1939 e as sombras da desigualdade ainda estiveram presentes até 1975. Além disso, se pelo menos antes as mulheres na França podiam votar, ainda que esse direito político fosse restrito à propriedade e à classe social, agora todas se encontravam em um patamar inferior ao dos homens, sendo diferenciadas a partir do sexo. Essa foi a identidade utilizada pelo poder constituído para afastar os direitos delas. LeGates afirma que elas tiveram que esperar cerca de cento e cinquenta anos para conseguir reconquistar o direito ao voto⁹³. O importante é que esse momento histórico contribuiu para que outras lutas feministas se estruturassem ao longo do século XIX.

3.3

As incoerências do contratualismo como suporte para a teoria feminista

Assim como Antonio Negri e Michael Hardt, Carole Pateman vê diversos problemas nas teorias contratualistas, indicando que elas são mais preocupadas com a manutenção do poder constituído do que com a ruptura. Por esse motivo, muito do feminismo que se apoiou no contrato social não conseguiu efetivamente

⁹³LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 145.

transformar a condição da mulher. Nesse sentido, a principal preocupação da autora é fazer um exame da adoção dos argumentos do contratualismo para as lutas feministas e das incoerências que isso pode gerar, partindo do fato de que as teorias contratualistas tornaram a despertar um grande interesse na década de 70 do século XX na política. O contratualismo é uma teoria política que pretende demonstrar como as instituições devem ser compreendidas, além da preocupação com o acordo original no surgimento do Estado. Porém, de acordo com Pateman, uma outra perspectiva do contrato social é sempre mitigada nas análises, a do contrato sexual. Assim surge o contrato sexual, como uma dimensão da teoria contratualista que ficou mitigada⁹⁴. O que se entende ser o contrato social é uma mera parte do ato de criação da política na modernidade pelos contratualistas dos séculos XVII e XVIII.

A tese da autora é que o contrato social pressupõe o contrato sexual, bem como as liberdades civis pressupõem o direito patriarcal. Isso porque os teóricos clássicos deixaram diversos problemas sobre a incorporação das mulheres no contrato social e suas obrigações e além disso apesar de terem colocado um fim no direito paterno, reforçaram um outro lado do patriarcado. Considerando que o contratualismo é uma das teorias políticas que exerceu maior influência na modernidade, na pretensão de enfrentar o poder constituinte, esse fato toma grandes proporções quando o tema diz respeito à luta pelas conquistas de direitos das mulheres, bem como o silêncio da maioria dos estudiosos do contratualismo a respeito do contrato sexual.

O contrato sexual também trata do surgimento e do exercício legítimo dos direitos políticos para essa modernidade, porém, os direitos políticos necessitam do suporte do direito patriarcal, do domínio do homem sobre a mulher. Essa perspectiva geralmente ausente nas análises do contrato social mostra como uma forma moderna de patriarcado foi implementada e fundamentada. O contrato social é apresentado como uma história sobre a liberdade, a conquista da liberdade pela sociedade civil, mas na verdade foi uma forma eficaz de manutenção das estruturas do poder como eram conhecidas. Se o contrato social foi criado sob um discurso de se defender a liberdade, o contrato sexual tratou de uma espécie de sujeição. O contrato original constitui simultaneamente a liberdade e a dominação.

⁹⁴ PATEMAN, C. *The Sexual Contract*, p. X.

A liberdade civil não é universal, ela é um atributo masculino que depende essencialmente do direito patriarcal.

A palavra “patriarcado” é comumente interpretada em sua literalidade, como direito paterno. Pateman constata que esse é um motivo que facilita o esquecimento do contrato sexual, pois o contrato social, na maioria dos autores, encerra o direito do pai. Porém, o fato é que os direitos políticos se originam no direito sexual, ou direito conjugal. O direito paterno é somente uma das diferentes expressões do patriarcado. É importante observar que o poder de um homem na condição de pai só é exercido após o poder de um homem sobre uma mulher. Apesar disso, a principal tendência na interpretação do contratualismo na história moderna era no sentido de declarar o patriarcado extinto.

A análise dos contratualistas permite entender melhor a problemática. O silêncio de Locke sobre a participação das mulheres no contrato social foi entendido como sendo uma forma dele se precaver em seu ciclo de leitores do que uma afinidade dele com o patriarcado⁹⁵. Seu individualismo seria genuinamente universal, com a possibilidade do ingresso das mulheres no contrato. Também entende-se que sua argumentação não diz respeito às mulheres e sim à separação que ele faz entre a família e a política. O que Pateman observa é que esses aspectos não podem ser desconsiderados na obra dele. A separação entre as duas esferas somente se torna clara se considerarmos justamente o contrato sexual. Algumas feministas leram as obras de Locke e sustentaram que a sociedade moderna era pós-patriarcal⁹⁶.

Zillah Eisenstein foi quem compreendeu Locke como um patriarcal anti-patriarcado⁹⁷. O modelo baseado em pai e filho foi substituído pela igualdade liberal, mas esta não chegou às mulheres. O poder conjugal não é paternal e sim um direito sexual. É um poder exercido pelo homem na condição de homem e não de pai. O problema é que o patriarcado é normalmente entendido como o direito do pai, concepção tradicional do séc. XVII. Nesse momento, a família fornecia o modelo para todas as relações de poder e autoridade e a obediência dos súditos ao

⁹⁵ Essa é uma conclusão de Pateman ao analisar as considerações feitas por Melissa Butler à obra de Locke. Tal autora não foi crítica em relação a esse silêncio de Locke sobre a participação da mulher no contrato social e na esfera pública, bem como sua subordinação na esfera privada. PATEMAN, C., *The Sexual Contract*, p. 21.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 22.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 22.

Estado partia dessa analogia. Muitos entenderam que esse tipo de poder teve seu fim com Locke. Há ainda uma segunda concepção chamada de clássica e colocada pela autora como marco, Sr. Robert Filmer, opositor de Locke⁹⁸. Nela se entendia que os poderes paternal e político não eram simplesmente análogos, e sim idênticos. Filhos estão sujeitos aos seus pais, portanto, em sujeição política. Essa foi a concepção combatida por Locke no fim do século XVII. A concepção moderna diz respeito a um patriarcado fraternal, contratual e estruturante também da sociedade civil capitalista.

A interpretação do patriarcado como direito paternal traz consequências paradoxais e torna obscura a origem da família na relação entre homem e mulher. Ambos ingressam num contrato de casamento e são marido e esposa antes de serem pais, é isso que deixa de ser considerado quando se faz referência ao patriarcado somente no que tange o momento do direito paterno. Os contratualistas fazem grandes oposições ao paternalismo. Se a relação entre o pai amoroso e filho é o paradigma de relação entre os cidadãos e o Estado, então, assim como um pai preocupado com seu filho impede que ele atue de forma que possa se prejudicar, o Estado pode proteger seus cidadãos pelo paternalismo legal. No contratualismo, o pai foi morto pelos filhos e o direito patriarcal do pai se transformou no governo civil. Os filhos alienaram esse poder político para o Estado. Se a liberdade de contratar for restringida, o Estado está agindo como um pai e a liberdade é comprometida. O anti-paternalismo dos contratualistas que substitui o patriarcado pessoal pelas relações impessoais é, por isso, confundido com um anti-patriarcado. A transição entre a concepção antiga e a moderna ainda apresenta a história da potência criativa masculina de uma nova vida política. As mulheres são consideradas supérfluas tanto na procriação quanto na política. Na sociedade civil qualquer homem pode gerar vida política e direitos políticos. A criatividade política pertence à masculinidade e não à paternidade.

A sociedade civil patriarcal é composta de duas esferas: uma pública outra privada, mas a última não seria politicamente importante. Tem-se a impressão de que o contrato sexual e o social são distintos e que o sexual constitui a esfera privada, não tendo relevância na pública. Porém, Pateman afirma que o contrato sexual alcança sim a esfera pública através da prostituição, por exemplo. Por esse

⁹⁸ LOCKE, John. Os princípios e fundações falsas de Sir. Robert Filmer. In *Dois Tratados sobre*

motivo, essas duas esferas do contratualismo não podem ser pensadas de forma separada. A conexão existente entre patriarcado e contrato foi pouco explorada, apesar de na sociedade civil moderna instituições importantes serem constituídas pelo contrato. A preocupação é com o contrato como um princípio de associação social e como um meio importante de constituir relações sociais, como entre marido e mulher ou capitalista e trabalhador. O seu objeto é uma propriedade especial, a que indivíduos têm sobre si mesmos. Essa é uma concepção forte na teoria política de Locke. Nesse sentido expõe Philippe Raynaud:

A propriedade comum primitiva dos bens implica, portanto, que a única propriedade privada original seja a que o indivíduo tem de sua própria pessoa; o indivíduo só se torna proprietário dos bens materiais na medida em que transforma a natureza, segundo o desígnio de Deus. Parece, portanto, que, logicamente, a propriedade dos bens esteja subordinada à propriedade no sentido mais amplo, isto é, à conservação da vida, e da liberdade. Mais ainda, é com a única condição de admitir o caráter derivado da propriedade dos bens que se pode compreender por que o conceito de propriedade inclui a vida, a liberdade e os bens: a propriedade é o conjunto daquilo que se pode legitimamente retirar de um indivíduo sem seu consentimento⁹⁹.

O ingresso no contrato social é um ato racional. O problema é que há diferenças sexuais na comunidade e para os escritores clássicos, com exceção de Hobbes, essa diferença enseja a diferença na racionalidade. Os autores constroem uma concepção de masculino e feminino patriarcal. Só aqueles associados ao masculino têm atributos e capacidade necessários à realização do contrato e são considerados indivíduos. A diferença sexual resulta na diferença política, distingue quem será livre de quem se sujeitará. As mulheres não são parte do contrato original em que os homens transformam suas liberdades naturais em liberdades civis. Elas são objeto. Pelo contrato social os homens também transformam seu direito natural sobre as mulheres no direito patriarcal civil.

Uma questão importante que se pode colocar diz respeito à capacidade da mulher para realizar o contrato de casamento. Na sociedade civil, a mulher não só pode como deve se casar. O problema é fundamentar tal entendimento, pois se a mulher não tem capacidade para contratar, não pode ingressar no contrato civil. É incoerência interna à teoria contratualista ela realizar o contrato de casamento. As

o Governo.

⁹⁹ RAYNAUD, P. John Locke, In CHÂTELET, François. *Dicionário de Obras Políticas*, p. 683.

posições que as partes ocupam no contrato são distintas. A teoria clássica contratualista dirige seus esforços para criar relação de dominação e sujeição. Capitalistas exploram trabalhadores e maridos exploram mulheres, pois ambos são subordinados na relação contratual. Rousseau, único que não possibilita a escravidão e qualquer contrato que dê origem a ela, também se apóia no contrato sexual, com especial atenção para a educação recomendada a Sofia, que virá a ser esposa de Emílio. As diferenças entre os autores ficam menos importantes diante da concordância em relação ao patriarcado.

As mulheres não são parte no contrato original, mas o objetivo do contrato sexual é não deixá-las no estado de natureza. Elas são incorporadas numa esfera ambígua que faz e não faz parte da sociedade civil. A esfera privada é parte da sociedade civil, mas é distinta da esfera civil. A privada (feminina) e a pública (masculina) são opostos, mas ganham significado um a partir do outro assim como a liberdade civil da vida pública, quando contraposta à sujeição natural da esfera privada. Nos textos do contratualismo clássico, com a aparente exceção de Hobbes, pode parecer que não há necessidade de se criar a esfera privada, pois ela já existia no estado de natureza. As relações sexuais, o casamento e a família faziam parte da sociedade pré-contratual. Porém, a importância do contrato sexual é por ele não estar associado somente à esfera privada.

A princípio a idéia vinda de Locke de cada homem ter a propriedade de si parece libertadora. Essa concepção foi adotada por muitas feministas na luta para reformar as leis do casamento e na demanda pelo aborto, pois a mulher também teria a propriedade sobre ela mesma. O problema dessa posição é que a doutrina contratualista se fundamenta no indivíduo e se o feminismo se preocupa com o indivíduo, ele se funde ao contratualismo, reafirmando uma construção patriarcal da condição da mulher. Para tal teoria política, há contratos em toda a vida social e não se pode impor limites a ele. Até mesmo o contrato de escravidão é válido, afinal, o indivíduo livre pode decidir contratar virar escravo. Por isso, o feminismo não deveria buscar apoio na teoria contratual.

Contar a história do contrato sexual é demonstrar como a diferença sexual concebe uma diferença política importante na sociedade civil. De acordo com Pateman, o patriarcado não é um problema puramente da esfera privada, que pode ser superado se as leis e a política tratarem a mulher da mesma forma que o homem. O patriarcado moderno não é a mera sujeição da mulher na família, e por

isso ele tem implicações na esfera pública, como é o caso da prostituição, aparato que, segundo a autora, ainda é fundamental no mundo dos negócios e até mesmo na diplomacia. Os contratualistas defendem a prostituição como um contrato de prestação de serviços qualquer, ressaltando que ele está disponível tanto para homens quanto para mulheres. Porém, o fato é que a autora constata que a maioria dos clientes são homens, ainda que o serviço seja prestado por um homem e, na época da divulgação de sua pesquisa, a maior parcela de clientes era casada¹⁰⁰. Entre todas as questões que podem ser suscitadas a partir dessa comparação entre a quantidade de homens e mulheres que fazem uso desse tipo de serviço, uma interessante apontada pela autora é a noção de disponibilidade do corpo da mulher, fundada no contrato sexual, muito mais forte do que a disponibilidade do corpo do homem. Sendo assim, este é um problema que esbarra também na disponibilidade do corpo do trabalhador pelo capitalista, porém, há a peculiaridade desse ramo concentrar um maior número de mulheres, deixando claro que não é somente algo que decorre do capitalismo, mas sim de uma estrutura de dominação diferente, que sabe se apropriar de um dos aparatos capitalistas.

A história do contrato sexual trata de relações heterossexuais. Por isso, há críticas que entendem que falar nas categorias homem e mulher reforça a idéia de que mulher é uma categoria natural, inata e biológica. Pateman responde que falar sobre a mulher não é igual a falar sobre mulheres. A mulher sim é uma categoria da imaginação patriarcal e o contratualismo clássico tinha essa influência em seu imaginário quando concebeu o contrato sexual. Assim foi construído o significado de masculino e feminino na sociedade moderna, segundo o argumento desenvolvido pela autora. É importante ressaltar novamente a aproximação da teoria dela com o pensamento exposto no capítulo anterior de Negri e Hardt, pois todos atribuem ao contratualismo a fundação das identidades na modernidade, estas muito criticadas por Judith Butler, como um instrumento de exclusão, sendo esse um dos grandes motivos pelos quais os movimentos de minorias deveriam se afastar do discurso identitário como estratégia de luta.

Elizabeth Badinter analisa os reflexos do contrato no feminismo. No início da década de 90 do séc. XX, houve um movimento nos EUA, precisamente em

¹⁰⁰PATEMAN, C., *The sexual contract*, p. 190. Essa pesquisa foi levantada pela autora nos

Ohio, no sentido de publicar um regulamento do ato sexual, que deveria ser resultado de um acordo detalhado entre as partes, preferencialmente por escrito. Tal fato foi uma exigência em nível radical da teoria do consentimento e mostra a que ponto o contratualismo no feminismo pode chegar. Uma grande defensora dessa teoria é Loïs Pineau entendendo que as mulheres eram capazes para consentir verbalmente e de forma explícita, sem gestos subentendidos. Há grandes desvantagens nesta teoria, pois ela ignora completamente a espontaneidade das relações e os desejos inconscientes¹⁰¹. Além disso, desconsidera que, em um patriarcado, a mulher tem uma obrigação moral de realizar um jogo de palavras, primeiro negando o consentimento à relação para depois ceder, o que não significa que ela não queira se envolver.

A reivindicação do contrato social era a igualdade e a liberdade, consideradas como inerentes a qualquer indivíduo. Essa teoria é uma estratégia que preserva a sujeição ao apresentá-la como liberdade, no exemplo de Locke ao permitir que o indivíduo se tornasse escravo. Por isso, era considerada a doutrina emancipatória por excelência, prometendo a liberdade universal para a modernidade. A partir daí só haveria uma forma de se justificar a sujeição: pela concordância entre as partes. A subordinação poderia existir desde que voluntária. Conservadores da época ficaram preocupados, não viam motivos para alguém querer se submeter ao poder alheio. Eles esqueceram que os contratualistas não pretendiam estimular a insubordinação e sim justificar a sujeição civil moderna.

Ressalta Pateman que há uma importante consideração que deve ser feita sobre o indivíduo e nunca é mencionada: os indivíduos são todos do sexo masculino. Com o intuito de que seus indivíduos tenham reconhecimento, os contratualistas escondem características sociais no estado de natureza, ou seja, o modelo de associação política e Estado que o teórico quer justificar influencia nas escolhas das características naturais que ele fornecerá aos indivíduos. A maioria dos contratualistas defendia que as capacidades e atributos eram diferenciados sexualmente. Os contratualistas contemporâneos fazem o mesmo, porém, não se percebe porque o feminino é subsumido na categoria aparentemente universal e sexualmente neutra de indivíduo. Rawls, em *Uma Teoria da Justiça*, reproduz esse

Estados Unidos, na década de 1980 e identificou que três-quartos dos clientes são casados.

¹⁰¹ BADINTER, E., *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*, pp. 123 e 124.

mecanismo. A autora argumenta que Rawls considera sua posição original um aparelho representativo, mas a representação não é sequer exigida porque as partes não podem ser diferenciadas umas das outras, uma pode representar todas as demais, pois o véu da ignorância estaria presente. De fato, um único indivíduo já basta, pois ele é assexuado. Porém, Rawls introduz seres masculinos e femininos ao longo de seu argumento, antes dele postular a ignorância dos fatos, as partes são vistas como chefes de famílias, possuem descendência. Chefes de família ou maridos que representam suas esposas. Uma peculiaridade de Rawls em relação aos contratualistas clássicos é que sua posição original é abstrata, enquanto os demais apresentam um estado de natureza com vida¹⁰².

Em uma análise sobre Hobbes, a autora observa que ele entende que qualquer relação contratual, incluindo a sexual, é uma relação política, ao contrário de outras teorias políticas na modernidade. Além disso, no estado de natureza não há um mestre natural, nem mesmo na relação homem-mulher. As capacidades e atributos individuais são distribuídos independentemente do sexo. Todos os indivíduos estão isolados em estado de guerra. As relações sexuais ocorreriam em duas hipóteses: por um acordo entre as partes (contrato) ou pela força que o homem pode vir a exercer sobre a mulher, sempre lembrando que ela pode impedi-lo. Parece não haver dominação entre adultos no estado de natureza hobbesiano, pois ambos são fortes para se defender. Ninguém precisaria contratar com outro para obter proteção. Mas isso não é tão claro. Hobbes é um exemplo de autor com um forte cunho patriarcal fundado no acordo entre as partes. Antes do surgimento da sociedade civil poderia não existir o casamento como contrato, mas existiam famílias, na medida em que elas se tornavam núcleos fortes para se defender. Hobbes faz uma analogia entre as famílias e os reinos.

No estado de natureza indivíduos livres e iguais podem se tornar subordinados pelo contrato ou pela conquista. Não há esposas, pois o casamento só aparece na sociedade civil. Nela, a sujeição da mulher em relação ao homem é assegurada pelo contrato de casamento e não pela força, como no estado de natureza. Os homens não têm essa necessidade quando a própria lei civil assegura o direito político patriarcal pelo casamento. Uma especificidade de Hobbes é que esse contrato social deve ser feito no momento em que todas as mulheres no

¹⁰² PATEMAN, C., *The SexualContract*, p. 43.

estado de natureza foram conquistadas por homens, em que não há mais mulher livre e igual que possa se recusar a se subordinar a um homem.

No caso de Locke, ele assume que o casamento e a família existem antes do contrato social, tanto que o Estado surge com uma função negativa somente com o dever de garantir que não haja violações aos direitos individuais, por isso Locke é considerado também um fundamento para o liberalismo. As mulheres são excluídas do status de indivíduos no estado de natureza, pois os atributos são sexualmente diferenciados. Somente homens são livres e iguais. Mulheres são naturalmente subordinadas aos homens e a ordem natural é refletida na relação conjugal. Apesar disso, à primeira vista, Locke parece ser anti-patriarcal, por prever, por exemplo, a possibilidade do divórcio. A esposa tem liberdade em muitos casos de deixar o marido, e isso demonstraria que o marido não tem poder absoluto sobre ela. Pateman observa adequadamente que a questão não é se ele tem poder absoluto e sim se ele tem qualquer poder sobre ela. Quando Locke discute com Filmer no primeiro tratado sobre Adão e Eva, ele diz que Adão não tem o poder de um monarca sobre ela, mas que a obediência que Eva deve em relação a ele é a que toda mulher tem em relação ao marido¹⁰³.

Rousseau entende que a ordem civil depende do poder do marido sobre a mulher, que decorre da natureza, dos diferentes atributos dos sexos. Nesse sentido, Rousseau tem muito a dizer sobre a natureza da mulher, daquilo que a exclui da vida civil. Basta analisar a educação de Emílio e Sofia. A vida social decorre da família patriarcal. O desenvolvimento da linguagem, razão e relacionamentos sociais é ao mesmo tempo o desenvolvimento da diferença sexual. As mulheres devem ser subordinadas aos homens justamente por causa dessa diferença. Elas possuem um desejo ilimitado, impossível de ser controlado por si mesmas. Portanto elas não desenvolvem a moralidade exigida para a sociedade civil. Homens têm paixões, mas conseguem usar a razão. O corpo da mulher é tão subversivo e tão contrário à vida política que Rousseau entende que Emílio deve aprender sobre cidadania antes de casar com Sofia e conhecer os prazeres de ser um marido. Só assim, ele poderá vencer a batalha dos sexos e se transformar no senhor de Sofia. Se ela não está disposta a fazer o necessário para manter seu marido no comando da relação conjugal, a sociedade civil corre perigo. Isso

¹⁰³ LOCKE, J. Livro I In *Dois Tratados sobre o Governo*, p. 250.

implica em duas questões: primeiro, ele reconhece que as esferas pública e privada não são separadas, pois com uma ação de Sofia dentro de casa a sociedade civil, esfera pública, corre perigo; segundo, um paradoxo, pois se a mulher é apresentada como fraca moralmente, já não se deveria colocar a moral e a honra da família em seus atos, muito capazes de violar os costumes. Na verdade, o que se pode constatar é justamente o contrário, que a honra da família está associada à honra da mulher.

No geral, os autores excluem as mulheres de participação no contrato social a partir da condição do estado de natureza. Porém, é contraditório a mulher não ter capacidade para o contrato social e ainda assim ser capaz para casar. Se as mulheres são subjugadas por homens pela força física, se não têm capacidade de indivíduos, também não possuem capacidade para o contrato original. Ainda assim, os contratualistas insistem que as mulheres devem realizar o contrato de casamento. Eles, ao mesmo tempo, negam e pressupõem que a mulher pode contratar. Um aspecto interessante sobre o casamento é que ele continua com um status natural mesmo depois da sociedade civil, em que o contrato deveria criar relações civis e não naturais. O que é peculiar ao contrato de casamento é que quem ingressa é um indivíduo e um subordinado entendido como natural e não dois indivíduos.

Pateman identifica um ponto em comum entre feministas e socialistas na concepção do contrato, pois ambos ressaltam que, se dois indivíduos fazem um contrato, isso pressupõe que a troca deve ser igual. Este seria um argumento que, de acordo com essas correntes do feminismo e do socialismo, seria forte na defesa de uma igualdade entre as partes no contrato. Se uma das partes está em uma posição inferior, então ela não tem escolha a não ser concordar com algo muito desvantajoso oferecido pelo superior. Entretanto, essas críticas consideram a troca em si. Porém, aqui a propriedade tem um sentido peculiar, pois diz respeito à pessoa, troca de obediência por proteção. A teoria contratualista é, acima de tudo, uma forma de constituir relações de subordinação e não de liberar corpos. A parte que garante a proteção tem o direito de determinar como a outra parte irá atuar ou cumprir sua prestação na troca.

A teoria contratualista se diz ser o meio de assegurar a liberdade individual. A escravidão é a antítese da liberdade. Por qual motivo os contratualistas do passado consideravam o contrato de escravidão, ou algo muito próximo disso,

entre os contratos legítimos? A maior parte das pessoas não conseguiria compreender uma situação em que alguém realizasse um contrato para se tornar escravo e sim a escravidão forçada, como por exemplo, o transporte de africanos involuntariamente para a América do Sul. Prova da completa ausência de qualquer contrato de escravidão foi a resistência dos escravos à obediência, que os levava, inclusive a criar os quilombos. Um escravo é diferente de outro trabalhador porque ele é propriedade do senhor, deixando de ser uma pessoa para ser uma coisa, pois o dono não possui somente o labor e sim o escravo inteiro. Pateman observa que historicamente, escravos são gerados em guerras e conquistas, não em contratos. A presunção de que o indivíduo tem a propriedade sobre sua pessoa permite dissolver a oposição existente entre liberdade e escravidão. A escravidão civil passa a ser um contrato legítimo.

Dois dos pilares da modernidade que chamam maior atenção são a liberdade e a igualdade. A fraternidade é esquecida. Porém, assim como o contrato social, o patriarcado moderno é fraternal, cabendo lembrar que os pais tiveram seus poderes políticos tolhidos. Os participantes no contrato original devem ser capazes de criar e exercer os direitos políticos, o que não podem mais fazer como pais. Os homens que farão o contrato estão agindo como irmãos, como parentes fraternos. Fraternidade é comumente entendida como solidariedade, humanidade, denota um aspecto universal, mas de fato, assegura o patriarcado como ligação entre irmãos. A crítica feita por Pateman a esse apelo à fraternidade afeta Simone de Beauvoir, por deixar de perceber o teor da palavra fraternidade.

Não há como dizer melhor. É dentro de um mundo dado que cabe ao homem fazer triunfar o reino da liberdade; para alcançar essa suprema vitória é, entre outras coisas, necessário que, para além de suas diferenciações naturais, homens e mulheres afirmem sem equívoco sua fraternidade¹⁰⁴.

Pateman discute a virada entre as concepções de patriarcado, a concepção como um poder decorrente somente de um homem na condição de pai, mais antiga, e a concepção como um poder que primeiro é exercido na condição do homem como marido. Ela analisa a fundo o debate entre Filmer e Locke, tido como aquele que pregou o fim do poder parental para o início da sociedade civil.

¹⁰⁴ BEAUVOIR, S., *O Segundo Sexo – a experiência vivida*, p. 500.

Mesmo em Filmer, ela identifica que o patriarcado vai além do direito do pai sobre o filho. Quando ele usa o exemplo de Adão e Eva, ele deixa claro que o poder que ele exerce sobre ela é o de marido; se ele é pai, ela é mãe e para que isso aconteça é necessário que o direito conjugal esteja presente. A peculiaridade de Filmer é que Adão também é pai dela, por isso os direitos políticos podem todos se originar no pai. O patriarcado moderno é contado a partir da morte dele.

Em Locke, o pai até se transforma em um monarca, mas a partir do consentimento de seus filhos e não por virtude da paternidade. Ele nada menciona sobre a mãe nessa transformação do pai, mas há uma mãe, caso contrário não haveria filhos. Porém, ele diz que a primeira sociedade é formada por um homem e uma mulher e não entre pai e filho. Locke concorda com Filmer quanto à sujeição da mulher ao homem, logo o homem de Locke exerceu seu direito conjugal sobre a mulher antes de se tornar um pai. Ele argumenta que, em razão do pai monarca não agradar os filhos, eles cometem um parricídio para ganhar a liberdade natural. Após tal episódio, fazem o contrato original criando a sociedade civil e separando as esferas pública e privada, excluindo o caráter político da última.

Na análise da fraternidade, algumas questões devem ser suscitadas. Nas considerações de Pateman, as principais discussões sobre a história do contratualismo desconsideram o aspecto político da diferença sexual insituída e que a estrutura da sociedade civil é um reflexo da divisão entre os sexos, dos papéis pré-estabelecidos do masculino e do feminino. Rousseau e Freud foram grandes responsáveis por revelar o que significa ser mulher, justificando o motivo pelo qual o homem deve possuir direitos sexuais. O corpo da mulher e suas paixões representam a natureza e para que a ordem social seja criada e mantida, esse corpo deve ser controlado. A mulher fica restrita ao interior da família e sua interação com a sociedade deve ser realizada pela razão masculina.

A teoria freudiana da fundação da sociedade civil contribui para iluminar as dimensões do patriarcado: o direito paterno e o direito conjugal. Os fundamentos da fraternidade são diferentes do paternalismo. Os filhos cometem o parricídio para ter a liberdade política e o acesso às mulheres, pois descobrem que juntos são mais fortes do que um indivíduo. Após o assassinato do pai percebem que para a manutenção da fraternidade, ela precisa ser regulada. Freud e Filmer têm um ponto em comum e criticável pela autora. Ambos iniciam suas histórias com um

homem que já é um pai. Como dito, um pai não se torna pai sem que uma mulher se torne mãe. Isso não é possível sem o exercício do direito sexual do homem. Esse direito sexual precede o direito paterno. A origem dos direitos políticos é um estupro anterior ao parricídio. Pateman diz que se o parricídio é seguido de um processo revolucionário, o estupro implica em submissão.

No intuito de se manter a fraternidade após o parricídio, os irmãos se comprometem a não tentar assumir o lugar do pai, nem no que tange às leis patriarcais, nem quanto ao monopólio das mulheres do grupo. Isso não significa o fim dos direitos patriarcais. Apenas denota que os irmãos fizeram o contrato sexual para dar uma ordem necessária ao acesso às mulheres, e para assegurar o direito sexual masculino por lei. O contrato de casamento é um excelente instituto para demonstrar como os direitos patriarcais políticos são constantemente renovados e reafirmados por contratos reais. O contrato sexual foi feito uma vez, mas ganha fôlego e é reproduzido a cada contrato de casamento. É o momento em que cada homem irá receber de forma individualizada os direitos patriarcais. A mulher passa a ser esposa e seu marido passa a ter direito tanto ao acesso sexual sobre ela, como a seu trabalho como dona de casa. As relações conjugais fazem parte da divisão sexual do trabalho e de todo o aparato de sujeição da mulher, que vai da esfera privada à esfera pública.

3.4

O surgimento da primeira onda de feminismo

O início do século XIX foi marcado pela formação de um feminismo mais radical, tanto no movimento quanto na teoria. A partir de 1820, os temas suscitados pelas teóricas e pelo movimento diziam respeito a assuntos mais controversos e mais complexos, porém, deixando claro que o problema da subordinação da mulher tangenciava outros mecanismos de dominação, que também deveriam ser enfrentados pelo feminismo, como a prostituição, o capitalismo, a guerra e a escravidão. A interdição da fala das mulheres em público não as impedia de tomar a palavra e enfrentar a possibilidade de repressão decorrente de seus atos. A luta pela possibilidade do divórcio, conquistado durante um período da revolução francesa, porém depois cassado, continuou sendo objeto do feminismo, bem como o desafio a algumas convenções. Muitas mulheres se

recusavam a obedecer seus maridos e não adotavam o sobrenome deles após o casamento. Outras preferiam ter seus filhos e criá-los de forma independente, traçando o caminho das mães solteiras como uma opção. Até mesmo a defesa de uma igualdade completa nas vestimentas de homens e mulheres foi proposta, bem como a divisão dos trabalhos na casa e nos cuidados com os filhos¹⁰⁵.

A questão da roupa é particularmente interessante. Michelle Perrot faz um exame da mulher popular como a mulher rebelde, produtora da história, em outras palavras, como poder constituinte. A história, em regra, é contada do ponto de vista masculino, o que dá maior destaque ao discurso oficial, do papel restrito e fixo da mulher em sua casa, desconsiderando as formas de resistência e os conflitos na sociedade. O fato é que as mulheres da classe popular atuaram de forma intensa. A roupa tem um grau de importância por simbolizar a maior liberdade de circulação das mulheres populares se comparada com o grau de formalidade e todas as amarras impostas às burguesas. É possível aproximar as posições de Perrot e LeGates, a primeira ressaltando a importância da movimentação mais livre das mulheres populares em função de suas roupas e a segunda dando ênfase às reivindicações por vestimentas semelhantes entre homens e mulheres para ressaltar a igualdade e para liberar o corpo da mulher. Há nestes dois posicionamentos algo em comum: ambas fazem referência pela roupa às performances, ao comportamento, questões que serão desenvolvidas no capítulo seguinte. Neste sentido, diz Perrot:

O que impressiona de imediato é a espantosa fluidez das mulheres do povo nessas cidades ainda pouco compartimentadas. “A mulher como deve ser”, descrita por Balzac, espectador fascinado e nostálgico do quadriculado que a conveniência burguesa converteu em cidade, possui uma postura afetada e um itinerário preestabelecido. Ela cobre seu corpo segundo um código estrito que a cinge, espartilha-a, vela-a, enluva-a, da cabeça aos pés. E é longa a lista dos lugares onde uma “mulher honesta” não poderia se mostrar sem se degradar. A suspeita persegue-a em seus movimentos; a vizinhança, espiã de sua reputação, até seus escravos a espreitam; ela é escrava mesmo em sua casa, que lhe designa o salão. Sua liberdade, ela tenta reconquistar na sombra e dentro de um código de sinais sofisticados – cartas com a ponta dobrada, mensagens levadas, lenços caídos, lâmpadas acesas – que se chama de astúcia feminina. É certamente a mais prisioneira das mulheres. A mulher do povo tem uma maior independência nos gestos. Seu corpo se mantém livre, sem espartilho; suas saias largas prestam-se à fraude: antigamente as mulheres fingiam estar grávidas para passar com o sal na frente dos coletores de gabela, como a seguir fazem com as alfândegas e as

¹⁰⁵ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 153.

fronteiras. (...) A dona-de-casa anda com a cabeça descoberta (as regateiras da praça lançam às clientes rabugentas demais: “não é porque você tem um chapéu”, distintivo da burguesia), indiferente à moda e seus mandamentos que tiranizam as mulheres da “classe ociosa”, quase nem se preocupando com um asseio que fica particularmente difícil com os problemas de se conseguir água. Ela tem gesto e revide rápidos. É uma mulher explosiva, cujas reações são temidas pelas autoridades¹⁰⁶.

É significativo o fato de grande parte das manifestações populares da época partirem justamente dessas mulheres. Um dos exemplos era a mobilização em razão do elevado preço da comida. Quando havia a alta nos preços por motivos diversos de um problema da natureza, elas estavam dispostas a sair às ruas e se necessário até mesmo roubar dos fornecedores para revender os alimentos por conta própria e a preços mais baixos. Fiscalizavam de forma assídua os preços. Isso porque no início do século XIX elas conseguiam fazer com que os patrões de seus maridos pagassem os salários diretamente a elas, para evitar que o dinheiro fosse todo gasto em bebida. Elas tinham o acesso ao dinheiro e designavam uma pequena parcela a seus maridos destinada à bebida. A mulher burguesa, ao contrário, recebia do marido uma quantia para o pagamento das contas, o controle direto do dinheiro era dele. A mulher popular ainda lutava também por moradia, não só para a sua família, como também para seus vizinhos. O dia do pagamento do aluguel era sempre conturbado e não era raro elas darem cobertura aos que não podiam pagar e precisavam fugir no meio da noite.

Um outro espaço em que essas mulheres atuavam era o lavadouro, espaço completamente destinado a elas e que ainda assim, elas conseguiram se apropriar e dar um tom subversivo a ele. Neste local elas não estavam sujeitas às normas reguladoras do corpo que incidiam sobre os homens nas fábricas a partir da revolução industrial. Era um espaço em que elas se apoiavam mutuamente em que não havia qualquer hierarquia e sim uma rede horizontal de solidariedade e constituição de afetos¹⁰⁷, pois lá uma mulher abandonada por seu marido ou que

¹⁰⁶ PERROT, M., *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, p. 200 et. seq.

¹⁰⁷ É interessante observar aqui pontos de convergência com o pensamento de Negri e de Hardt, tratado na capítulo anterior em relação ao trabalho imaterial que vai servir de paradigma de trabalho na era do Império, no lugar da estrutura de fábrica. Como afirmaram os dois autores, o trabalho imaterial era um trabalho tipicamente atribuído às mulheres e pode-se verificar neste exemplo dos lavadouros quais eram as implicações desta relação horizontal. Não foi por outro motivo que os lavadouros foram alvo de esforços concentrados de regulamentação com a obsessiva campanha de higiene como discurso oficial, cujo objetivo era impor a lógica da revolução industrial, da fábrica às mulheres.

sofresse qualquer violência encontrava o apoio efetivo das demais. Algumas crianças órfãs que ali apareciam encontravam uma mãe disposta a criá-las. Tudo isso estava distante do poder. Elas não tinham qualquer restrição em relação ao vocabulário que utilizavam e tinham uma liberdade de locomoção muito grande em função de não haver sobre elas a vigília que pesava sobre as burguesas, bem como não haver um horário para exercer os seus trabalhos. Em determinados momentos do dia as ruas eram completamente tomadas por elas.

A forma original em que elas se estruturavam nos lavadouros incomodava. As que faziam da atividade uma profissão eram as que mais causavam tumulto, sempre dispostas a iniciar uma greve de forma articulada. Elas conseguiram fundar uma associação no ano de 1848, em Paris e receberam na profissão muitas mulheres vindas de presídios, a maioria prostituta e também alguns militares simpáticos às idéias da revolução francesa que estavam presos em Saint-Germain-en-Laye. Foi assim que a subversão surgida nesses lavadouros começou a incomodar o poder. Inicia-se nessa fase uma batalha pela higiene nos lavadouros, que tinha como objetivo tentar regulamentar de qualquer forma aquelas mulheres que causavam distúrbios à ordem social. Em 1880 o lavadouro era um local em que a atividade era completamente dividida, hierarquizada e ordenada. Nas palavras de Perrot, era preciso “lavar cientificamente”¹⁰⁸ para controlar as mulheres da classe popular.

Examinadas de perto as peculiaridades das mulheres populares e das mulheres burguesas, o momento é o da estruturação do feminismo. É na primeira metade do século XIX que se tem uma noção mais ampla de uma opressão do grupo denominado mulher. Como visto, existiam diferenças substanciais entre as burguesas e as populares, sendo estas mais livres em seus movimentos, gestos e palavras. Porém, se por um lado já colocavam em prática um comportamento mais livre, por outro lado, isso surgiu por força de necessidade de uma ruptura com as formas de violência que sofriam. Conquistaram o direito de controlar o dinheiro da família, por seus maridos gastarem todo o salário em bebida e não deixar o mínimo para a subsistência da família. Constituíram uma rede solidária nos lavadouros, que servia de apoio às mulheres abandonadas por seus maridos ou vítimas de violência. Havia uma questão de classe, sem dúvida, porém, o que terá

¹⁰⁸ PERROT, M., *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, p. 204.

mais peso na análise a ser feita a partir de agora para apresentar o nascimento do feminismo como chegou até os nossos dias é o sexo, a forma pela qual esta identidade forjada pelo poder e chamada de mulher se converteu em um (ou vários) grupo(s) de luta. As diferenças de classe, como será visto adiante, refletiu no feminismo. Porém, os movimentos que tratavam desta questão não foram receptivos ao problema da mulher, muitos defendiam que ele seria resolvido uma vez eliminada a diferença econômica, como simples consequência dela, mas não era tão simples.

O reconhecimento de uma dominação comum foi um grande passo para que os primeiros grupos começassem a se formar e ganhar força. Este foi o momento em que as ativistas nos Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra começaram a se apoiar, trocando correspondência e realizando visitas. O movimento ganha uma estrutura internacional de rede, apesar das mais diversas experiências locais. Aparece neste momento um intercâmbio entre mulheres socialistas, republicanas, as religiosas que viam em seu feminismo um chamado de Deus para o combate à intolerância religiosa, pensadoras, filantropas, sindicalistas e donas-de-casa. A diversidade de classe, raça e ideologia ainda não era um problema. Os Estados Unidos e a Inglaterra se destacaram como movimento organizado, tendo como principais nomes Fanny Wright e Emma Martin, respectivamente, e Flora Tristan na França.

O feminismo radical na época era atrelado às idéias de Robert Owen (1771-1858), Claude Henri (1760-1825) e Charles Fourier (1772-1837)¹⁰⁹. Um dos principais alvos de ataque era o casamento, com fundamento no próprio Owen, que identificava nesta instituição uma das fontes da desarmonia na sociedade. William Thompson (1775-1833) foi um dos grandes defensores dos direitos das mulheres em sua época, junto com Anna Wheeler (1785-1848). Eles atribuíram ao casamento as desgraças na humanidade. Na verdade, esta foi uma conclusão tirada a partir da experiência de Anna Wheeler, que casou com um alcóolatra aos quinze anos e teve seis filhos, tendo sobrevivido somente dois deles. Foi atribuído a Thompson a autoria de *Appeal of one Half the Human Race, Women, Against the Pretensions of the Other Half, Men, To Retain Them in Political, and Thence in Civil and Domestic Slavery*. Porém, foi Anna quem produziu o texto, mas não

¹⁰⁹ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p.163.

quis assinar. As principais questões suscitadas eram a igualdade política entre homens e mulheres, bem como as mesmas oportunidades na educação e na economia e, por fim, a incidência dos mesmos valores morais em ambos.

Aqueles socialistas que aderiram às idéias de Owen defendiam uma igualdade plena na família e as atividades eram realizadas em seu interior, como por exemplo, concertos, diversas danças e chás, que eram organizados para substituir a ida dos homens aos chamados *pubs* e estimular a participação de mulheres nesses eventos, em que o apelo comum aos homens para o consumo de bebidas e para cortejo de alguma mulher era proibido. Apesar do conteúdo moral encontrado nessas regras, tanto que os movimentos evangélicos eram muito próximos¹¹⁰, este movimento foi importante para o feminismo, na medida em que conseguiu estruturar um suporte até mesmo na esfera internacional para as feministas, além de defender a possibilidade de fala da mulher na esfera pública. Foi por essa estrutura que Anna Wheeler conseguiu contatos com franceses socialistas traduzindo textos e estimulando mulheres intelectuais mais jovens tanto no aspecto emocional quanto no material. Sua rede de conhecidos fez com que as idéias produzidas pelo feminismo francês circulassem na Inglaterra e nos Estados Unidos.

O francês Charles Fourier também exerceu sua influência no feminismo com sua sociedade utópica, que previa não somente uma jornada de trabalho bem organizada, como também os momentos de lazer, de acordo com LeGates. O francês defendia a igualdade entre os sexos e a utilização dos mesmos tipos de roupa para meninos e meninas, com o objetivo de evitar qualquer estigma. Haveria alguma divisão do trabalho, cabendo aos meninos a limpeza mais difíceis, como a das latrinas e às meninas os cuidados com os filhos e com as casas, porém, afirmando que somente poucas delas estariam sujeitas a este sistema. Haveria uma representação mínima de cada um dos sexos em todas as funções, sendo todas viabilizadas para o exercício da mulher, mesmos os mais altos cargos. O autor ainda reconhecia que ambos, homens e mulheres, tinham as mesmas necessidades sexuais. Portanto, seu objetivo era promover não somente a satisfação material como também a sexual.

¹¹⁰ LeGates cita Emma Martin (1812-1851) como exemplo de mulher vinda do movimento Batista para em 1837 se tornar socialista, convencida dos argumentos de seus opositores. Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p.165.

Esta liberdade sexual não foi bem recebida mesmo pelas mulheres. Anna Wheeler foi uma das poucas que recebeu as novas idéias. A estrutura de Owen agradava mais, por prever o divórcio e a responsabilidade comum ao homem e à mulher na criação dos filhos sem considerar o sexo fora do casamento. Obviamente havia na época uma flexibilidade nas relações sexuais, especialmente na classe de trabalhadores, em que o sexo antes do casamento, uniões e divórcios feitos somente com base no consenso eram realizados de forma comum. Porém, a revolução industrial trouxe uma maior insegurança para os trabalhadores, especialmente para as mulheres solteiras, muitas vezes mães solteiras, que tinham dificuldade em conseguir se manter. Por este motivo, um discurso sobre segurança na família agradava mais do que a instabilidade nas relações. O casamento tinha um atrativo, quando fundado no respeito de um pelo outro, na fidelidade e na monogamia.

As teorias de Robert Owen e Charles Fourier foram experimentadas na prática com algumas comunidades fundadas nestes ideais entre 1820 e 1840, nos Estados Unidos, França e Inglaterra. As mulheres mais novas conseguiram usufruir de um regime mais livre no que diz respeito ao sexo, muitas, inclusive, usando também roupas como calças e túnicas, consideradas vestimentas tipicamente masculinas. O problema estava na condição das mulheres casadas, que poderiam perder um status garantido na sociedade com base no casamento e na maternidade. A igualdade nestas comunidades estavam restritas ao seguinte fato: as mulheres poderiam trabalhar nas indústrias em período integral, tanto quanto trabalham em suas casas. O significado disso era que o papel da mulher não estava restrito somente a servir sua família, agora ela poderia servir a todos os membros. Elas também ficaram excluídas das decisões sociais, ou por serem de fato restritas aos homens ou por não cumprirem requisitos necessários. Em razão destes e de outros problemas, estas comunidades não resistiram. Algumas ainda davam o direito ao voto às mulheres e pagavam por seus serviços prestados no lar, porém, elas recebiam a metade do que os homens nas fábricas. Na prática todas estas experiências mantiveram uma divisão sexual do trabalho.

A última vertente de socialismo utópico apresentado por LeGates com repercussão no feminismo foi o de Saint-Simon na França. Uma peculiaridade desta vertente era perceber as diferenças de sexo e a hierarquia religiosa como fundamentais para a manutenção da harmonia na sociedade. As mulheres eram

consideradas mais sentimentais do que os homens, noção já bastante familiar, por isso, elas poderiam ter um papel essencial para instaurar um mundo mais pacífico, em uma perspectiva romântica, derrubando o sistema da época, considerado por eles como um momento de violência intensa e muito individualismo. Homens e mulheres eram considerados duas metades complementares. A própria imagem de Deus era dual, relacionado com Pai e Mãe. A morte de Saint-Simon em 1825 possibilitou que Barthélemy Prosper Enfantin discutisse o papel social da mulher entre 1829 e 1831 e criticasse a diferença entre os sexos. Sua intensão era valorizar a materialidade, especialmente a sexualidade, mitigada nesta corrente em prol da espiritualidade. A mulher deveria ser vista não de uma forma meramente sexual que deveria ser controlada por ser perigosa, mas sim como uma afirmação de uma liberação sexual. Ele foi considerado por seus seguidores como um promíscuo e como alguém capaz de corromper a moral. Diante destas considerações, ele recuou em sua defesa, passando a defender a necessidade de se encontrar uma mulher messia para concluir a doutrina.

Além dessas correntes apresentadas que direcionaram o feminismo na época, algumas mulheres merecem ser citadas como exemplo de engajamento no feminismo. A primeira é a francesa Flora Tristan (1803-1844)¹¹¹, que foi obrigada a se casar aos dezoito anos com um homem que queria obrigá-la a se prostituir para pagar dívidas suas. Tristan deixou seu marido levando os dois filhos pequenos e grávida de uma terceira criança. Porém, ela somente conseguiu a guarda da menina, tomada dela por ele, quando comprovou que o pai abusava da filha. Sua separação somente foi legalizada quando ele tentou matá-la com um tiro. A bala ficou alojada em seu peito até a sua morte. Sua vida na França foi um constante desafio ao código civil de Napoleão. Esteve ainda no Peru e na Inglaterra. Na América Latina escreveu um livro sobre as dificuldades que uma mulher sozinha poderia ter para viajar, a partir de sua própria experiência. Seu tio, que vivia no Peru, mandou queimar o livro em praça pública e rompeu os laços com ela. Em seu período na Inglaterra, Tristan conseguiu visitar o parlamento travestida com uma roupa turca masculina. Neste país, ela constatou a pobreza trazida pelo processo de industrialização e a alienação comum a trabalhadores e mulheres e estimulou a união e a emancipação dos operários.

¹¹¹ KONDER, L., *Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista*.

A peculiaridade de Tristan estava no fato da emancipação dos trabalhadores estar atrelada necessariamente à emancipação da mulher. Para a autora, somente haveria alguma harmonia na sociedade com a possibilidade de divórcio e com a independência econômica das mulheres. A proposta de união entre os trabalhadores não ficou somente no discurso. Em 1843 ela inicia uma jornada pela França com o objetivo de associar trabalhadores, jornalistas, donos de fábricas e padres, não somente para promover a união entre eles, mas também para pleitear a abertura às mulheres. Obviamente houve resistência ao seu pensamento, uma vez que os operários preferiam pleitear maiores ganhos para eles próprios sustentarem suas famílias do que lutar pelo direito à emancipação econômica de suas mulheres. Seus discursos e sua personalidade foram muito marcantes na época, de acordo com o que foi descrito por seus contemporâneos. Quando morreu ela foi homenageada pelo movimento operário como autora da União dos Trabalhadores, mas seu feminismo foi deixado de lado.

Frances Wright (1795-1852), ou Fanny Wright, também foi uma mulher conhecida por sua oratória, por sua independência e suas viagens. Wright tem suas origens na Escócia, em uma família privilegiada, porém, desde cedo se interessou por lutar pela igualdade, percebendo as diferenças na sociedade. Sua inspiração decorria diretamente da revolução francesa e, a partir dos ideais revolucionários, ela decidiu ir para os Estados Unidos, aparentemente uma promessa de liberdade em que se poderia inaugurar uma ordem nova. Porém, suas concepções entrariam em choque com o lado conservador e religioso americano. O ambiente estabelecido pelos evangélicos não era receptivo ao feminismo. Nesta viagem Fanny Wright descobriu a desigualdade de sexos, os horrores da escravidão e a segregação social, questões nitidamente opostas ao republicanismo.

Wright chegou a fundar uma comunidade inspirada nas estabelecidas a partir das idéias de Owen. As mulheres não poderiam abrir mão de seus direitos e sua independência e os homens não teriam sobre elas qualquer tipo de direito. A comunidade foi fundada em 1825, com o nome de Nashoba, porém, não conseguiu durar muito tempo, pois além da falta de recursos, seus membros foram acusados de comportamento sexual inapropriado, quando foi descoberta a existência de um casal de um branco com uma negra. O casamento entre membros de raças diferentes não era possível na época. Fanny Wright era defensora dessa possibilidade, o que a fez ser criticada por James Madison. Combatendo a moral

sexual da época, ela começa a fazer discursos publicamente em sentido contrário às amarras formais do casamento. Ela compartilhava o amor à educação de Mary Wollstonecraft para a autonomia das mulheres, apostava na igualdade social de Robert Owen, o que a fez se aproximar do movimento dos trabalhadores, e era considerada tão arrogante quanto Flora Tristan.

Porém, Wright muda completamente quando descobre que está grávida. Ela se isolou e casou com o pai de sua filha em 1831, apesar de não conseguir ter com ele uma relação satisfatória. Não conseguiu sucesso ao tentar retornar à vida pública. Mesmo quando foi viver na França não entrou em contato com o feminismo francês entre 1830 e 1840, apesar de compartilhar de idéias semelhantes. Apesar disso, Fanny Wright era admirada pelas líderes do movimento pelo sufrágio feminino nos Estados Unidos, Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony. Em contrapartida, sua filha abraçou o cristianismo e foi contra todas as idéias da mãe. Pensava que o feminismo era terrível por tentar tirar as mulheres de suas casas e de suas famílias, negligenciando suas responsabilidades no que se refere à criação das gerações posteriores.

Existia nessa época, portanto, uma possibilidade mais subversiva, conforme visto nos exemplos anteriores, em que os fundamentos da sociedade eram abalados, pois começava no feminismo, não só com a crítica do papel da mulher, mas também invadia instituições como o casamento, a escravidão e a desigualdade social. Todo um aparato de controle, de dominação era posto em xeque com a crítica produzidas por essas feministas, apontando, mais uma vez, que os movimentos, as linhas de fuga se cruzam em pontos comuns e se o poder constituinte deixa de lado alguns de seus braços, ele deixa de ser constituinte, passa a ser constituído, pois é justamente nesse momento que os esforços em sentido contrário à revolução, a pressão para impedir o processo de liberação começam a aparecer. Esses momentos ficaram claros tanto na revolução americana quanto na francesa. De qualquer forma, o importante agora é ressaltar que nessa época, tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, o feminismo conhecido como reformista é o que consegue maior adesão e não o revolucionário.

A religião novamente consegue afetar o feminismo, porém, se no início da Idade Média ela servia de amparo por dar outras possibilidades além do casamento às mulheres e seus fundamentos eram utilizados para reivindicar a igualdade. Agora não se pode dizer o mesmo. O chamado de Deus para as

mulheres, brancas ou negras, casadas ou solteiras, era reestruturar moralmente a sociedade. O reformismo teve grande influência nos Estados Unidos, nas associações que ajudavam os doentes, os pobres, os escravos que fugiam e precisavam de apoio na transição para a liberdade e no feminismo não foi diferente. Tudo isso com o apoio da Igreja. Grupos como *Female Moral Reform Society* (FMRS) e o *Female Benevolent Reform Society* (FBRS) se dedicavam a resgatar prostitutas e criticavam a dependência econômica feminina, bem como o monopólio da maior parte das profissões pelos homens. Essas duas instituições mantinham escritórios que ajudavam na busca de emprego, creches, hospitais e reivindicavam faculdades com o apoio público para as mulheres, punição para os homens que cometessem abuso sexual, adultério e sedução, bem como reforma na lei para permitir que as mulheres casadas pudessem cuidar de sua propriedade.

É importante colocar que a maior parte das reformistas ignoravam as questões raciais, enquanto que para as negras, o feminismo, a raça e os problemas econômicos e sociais estavam intrinsecamente conectados. Maria W. Miller Stewart (1803-1879) era uma americana negra e livre que conseguiu projeção ao falar em público, defendendo que a república deveria se comprometer com a raça dela. As mulheres negras também organizaram instituições de assistência mútua, serviços comunitários e capacitação. Maria Stewart era sensível aos problemas da escravidão, mas o que mais chamava sua atenção era a condição social dos negros americanos libertos, não muito melhor do que a dos escravos. As negras estavam condenadas aos trabalhos domésticos, sem possibilidade de desenvolverem a capacidade intelectual. Em suas falas, Maria Stewart começa a defender uma união entre os negros, para construir a sua própria independência e reivindicar seus direitos. Aqui pode-se notar que a partir da arborescência instaurada no feminismo reformador americano, surge as bases para que a luta feminista seja dividida, ao contrário dos pontos em comum difundidos pelas revolucionárias. Stewart inicia uma discussão que será levada adiante pelo feminismo negro americano no final do século XIX.

A primeira organização feminista contrária à escravidão foi formada em 1825, na Inglaterra e em 1832, isso se repetiu nos Estados Unidos, tanto em Nova York quanto em Massachusetts. O interessante é que na maioria dos casos das organizações fundadas por mulheres brancas que combatiam a escravidão, as mulheres negras não eram bem recebidas nos grupos, sendo muitas vezes

preferível a participação de homens negros¹¹². Nos Estados Unidos essas organizações ganham dois apoios inesperados, vindo de duas irmãs de uma família tradicional, proprietária de escravos. Sarah (1792-1873) e Angelina (1805-1879) Grimké desde cedo questionavam a escravidão, causando turbulência na família. Sarah conseguiu escondida ensinar sua empregada a ler e também se incomodava com a estrutura patriarcal, que estimulava os estudos de seus irmãos, porém, desqualificava e não apoiava os dela. Primeiro Sarah viu como única saída, seguir uma vida religiosa. Foi para a Filadélfia se juntar a um grupo Quaker. A mais nova tentou transformar seus parentes e amigos, ao falhar, decidiu encontrar sua irmã no norte. Ambas conseguiram crescer no debate contrário à escravidão e suas falas atraíam tanta gente que passaram a ser em Igrejas e centros de convenção, apesar de eventualmente as irmãs serem associadas à perigosa Fanny Wright.

É importante constatar que na primeira metade do século XIX o feminismo era bastante diversificado, como visto, atrelado às mais diversas lutas. Na segunda metade do século XIX as organizações ficaram mais forte e ganharam uma certa estabilidade. É precisamente esse o marco da primeira onda de feminismo. O seu ápice é a luta pelo voto feminino, conseguido em geral durante ou após a Primeira Guerra Mundial. É um movimento que já surge composto de muitos, que tinham em comum o objetivo de liberar as capacidades das mulheres. Porém, em sua grande maioria, a participação era mais efetiva entre as mulheres brancas e de classe média, o que irá influenciar nos destinos do movimento. O momento era de industrialização e avanço do liberalismo, por esse motivo, alguns liberais como John Stuart Mill entendiam ser essencial para a evolução do sistema e liberação da sociedade a emancipação das mulheres¹¹³. Em conjunto com a industrialização e com a diversificação de classes, a pobreza, a tensão entre classes e raça sofreram um aumento. Essa era a conjuntura da época.

As principais questões da primeira onda de feminismo dizem respeito e dão mais importância à propriedade do que aos problemas econômicos e raciais da época. A atenção especial era voltada para a insatisfação com o controle das

¹¹² LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 182.

¹¹³ O autor escreveu uma obra intitulada *Subjection of Women* para discutir o problema. Quando se casou fez questão de deixar claro que era um casamento entre iguais, que de nenhuma forma teria qualquer direito a mais na relação do que sua mulher. Cf. PATEMAN, C., *The sexual contract*, p. 124.

propriedades da mulher pelo marido, mostrando que um alvo importante estava nas classes mais altas e não propriamente nos problemas das demais mulheres. Porém, também havia quem se preocupasse com a independência econômica da mulher casada e com a promoção de condições para que as mulheres solteiras conseguissem se sustentar. O impedimento à educação, a interdição de algumas profissões às mulheres e a representação delas na política feita através dos homens também foram objeto de crítica, o movimento pelo sufrágio teve especial importância.

No início da segunda metade do século XIX os Estados Unidos viram serem realizadas diversas convenções para promover a igualdade das mulheres. O Canadá e a Inglaterra experimentaram campanhas que faziam pressão por um ato da propriedade da mulher. Em 1856 foi encaminhada uma petição na Inglaterra pela reforma no ato da propriedade da mulher casada por Barbara Smith Bodichon e Bessie Raynon Parkes. A Suécia passou por isso em 1873. O casamento era atacado especialmente na classe média e alta, pois este era o tipo de mulher que dependia mais do marido. As de classes mais baixas precisavam trabalhar e, por mais que houvesse diferença entre seus salários e os de seus companheiros, elas tinham uma autonomia por ajudar a trazer o dinheiro e por muitas vezes controlá-lo, conforme colocado anteriormente. Além disso, o trabalho doméstico podia ser uma fonte de resistência, de imposição de freio diante da compulsão econômica do momento. As transformações no tratamento da propriedade ainda eram relevantes também para as lutas do sufrágio, uma vez que ambos estavam relacionados.

O tema casamento ainda rendeu outra discussão, pelo menos no feminismo cunhado pelas mulheres brancas, de classe média e alta, o debate sobre a maternidade voluntária e, a partir daí, o controle por parte delas também sobre o sexo. É importante ressaltar que muitas mulheres dentro do feminismo não recebiam muito bem as discussões sobre métodos artificiais contraceptivos, pois acreditavam que dessa forma o sexo seria nos termos dos homens, elas não teriam o controle do próprio corpo. Esse raciocínio, apesar de parecer contraditório dentro do feminismo, é de fácil compreensão na medida em que se leva em consideração a moral sexual da sociedade Vitoriana, que dava ao homem o papel de tomada de iniciativa, aquele que teria o prazer, e à mulher o papel de ser reservada e de se preocupar com a reprodução. Os homens, portanto, teriam acesso

ao prazer quando quisessem com a utilização dos métodos contraceptivos, desconsiderando a autonomia da mulher em relação ao seu corpo. Em momentos anteriores na história houve casos de defesa de uma libertação sexual para a mulher, conforme visto. Porém, não houve uma generalização dessa posição, partindo de um grupo, uma comunidade ou atrelado à teoria de um autor. Por esse motivo, na segunda metade do século XIX as feministas suspeitavam do controle artificial da concepção, com receio de que as mulheres se tornassem meros objetos sexuais desconsiderando a tomada do controle do corpo por parte das próprias mulheres, questão essa relevante, pois a violência doméstica e o estupro também já eram alvo de discussão e luta no feminismo.

No que se refere ao desemprego feminino, na Alemanha se inicia um movimento em 1865 para promover a educação e o acesso ao emprego para as mulheres e em 1870 é fundada na França por Léon Richer e Maria Deraismes a Sociedade para a Melhora da Condição da Mulher, que pleiteava não somente a educação, mas também o retorno do direito ao divórcio, excluído do ordenamento por Napoleão, e também o direito ao controle da propriedade por parte da mulher casada. Entre os anos de 1860 e 1870 a Rússia é atingida por uma série de movimentos em defesa do acesso à universidade por parte das mulheres, como um mecanismo de aumentar as possibilidades de emprego¹¹⁴. O emprego e a educação eram reivindicações tanto para as mulheres casadas, conquistando autonomia, quanto para as solteiras, que precisavam de fato encontrar formas para se sustentar. A saída das mulheres para o trabalho gerava uma série de conflitos. O socialismo ao longo das décadas de 1860 e 1870 chegou a defender a restrição a

¹¹⁴ A Faculdade de Oberlin, nos EUA, já permitia a presença de mulheres (1837), mas até 1859 elas não podiam aparecer na frente de um auditório misto ou ler seus trabalhos em voz alta. A Inglaterra viu surgir a Faculdade de Girton, em Cambridge, voltada para mulheres em 1874, fundada a partir das lutas de Emily Davies. A Universidade de Zurique foi a primeira na Europa a aceitar mulheres, em 1864. Nos EUA, ao longo da década de 1880, ainda surgiram Vassar, Smith e Wellesley, para dar uma formação acadêmica às mulheres. As escolas secundárias na França abriram para as mulheres em 1880, mas não as preparavam para ingressar na Universidade. Para isso, elas estudavam sozinhas. A Alemanha e a Áustria somente permitiram o acesso das mulheres às universidades após a virada do século XIX para o XX. Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 203 et. seq.. Por último, é interessante ressaltar a condição de Harvard. Fundada em 1646, Harvard somente aceitou mulheres em 1879 e para isso criou uma outra instituição chamada Annex, para que as alunas tivessem aula com os professores de Harvard distante dos homens. O diploma era diferente, considerado de segunda classe. Somente em 1943 houve uma turma que saiu do anexo para frequentar o campus da Universidade e os diplomas somente receberam o nome de Harvard em 1963. Porém, somente em 1999 os diplomas das mulheres que se formavam em Harvard pararam de vir com a diferenciação Harvard-Radcliffe,

mulher no trabalho fora de casa, pois a união familiar deveria ser preservada, com fundamento em um dos ramos do socialismo utópico¹¹⁵. A década de 1880 trouxe uma nova perspectiva de socialismo, com Karl Marx, que segundo LeGates, atribuiu o ingresso da mulher no mercado de trabalho ao desenvolvimento do capitalismo. Para a corrente feminista surgida a partir dessa perspectiva, as lutas das mulheres pela emancipação seriam esforços inúteis da burguesia, pois essa conquista estaria necessariamente atrelada à emancipação da classe operária.

A educação para mulheres era muito criticada, pois acreditava-se que o corpo feminino, com estrutura mais frágil, não havia sido feito para suportar esforços mentais. Os defensores da educação das mulheres começaram a incluir nos currículos a ginástica, com o objetivo de fortificar, evitar problemas nervosos e facilitar o aprendizado. A saúde física das mulheres era essencial para o bom desempenho na educação. Essa reforma curricular começa a produzir efeitos nas vestimentas, na moda burguesa, uma vez que como já dito, as mais populares tinham maior liberdade de movimento nesse aspecto. As feministas começam a reivindicar uma revolução nas roupas. Porém, a maioria cede às pressões sociais e da moda e não modifica definitivamente a forma de se vestir, mesmo porque, a maior parte das mulheres que começam a trabalhar, como as primeiras médicas, prefere seguir o conselho de seus superiores e familiares e se vestir de forma feminina.

O voto feminino foi um tema bem controverso ao longo da primeira onda do feminismo. Em um primeiro momento, esta foi uma reivindicação considerada muito radical pela maior parte das feministas. Como exemplo, em 1848 houve um encontro em Seneca Falls entre trezentas pessoas, incluindo Elizabeth Cady e Lucretia Mott, para definir os principais pleitos e o voto feminino foi o único tema que teve aprovação sem unanimidade no grupo em função de sua radicalidade. Havia o receio de que a defesa do voto das mulheres desmoralizasse o movimento por ser uma questão muito difícil de ser posta em discussão de forma séria na época. Uma década após esse encontro, as feministas se recusaram a discutir o

instituto que substituiu o Annex. O GLOBO, *Harvard, enorme desafio para uma feminista*, p. 28, 18 de fevereiro de 2007.

¹¹⁵ Essa foi a concepção de um grupo de socialistas alemães que emigrou para os Estados Unidos, defendendo a restauração da unidade familiar, pesquisada por Mari Jo Buhle em sua obra *Women and american socialism*, um dos objetos de análise de LeGates. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 212.

voto na Inglaterra pelo mesmo motivo: era uma reivindicação muito radical e poderia fazer suas lutas caírem em descrédito. O mesmo problema aconteceu na Alemanha e no Canadá, sendo que neste último país somente em 1883 houve força para estruturar um movimento em Toronto a favor do voto da mulher. A França viu essa questão ser rejeitada por dois congressos sobre direitos das mulheres, em 1878 e 1888, por ser perigosa em demasia.

As mulheres que lutavam por independência econômica e direito à educação eram consideradas moderadas na Europa, porém, as que defendiam o voto eram conhecidas como radicais nesse momento. O voto era polêmico porque nessa sociedade a conquista desse direito significava um acesso direto à condição de cidadã, ultrapassando a estrutura patriarcal de representação da mulher. Um dos argumentos dados por muitos envolvidos com política, não somente conservadores, mas também de esquerda, para desconsiderar a hipótese do voto das mulheres era o medo da Igreja ganhar força com o suporte delas. Léon Richer (1824-1912), um dos fundadores da Associação pelos Direitos das Mulheres, em 1870, pensava dessa forma, acreditando que ainda havia uma grande lacuna na educação das mulheres se comparadas à dos homens, o que viciaria o voto feminino. Hubertine Auclert (1848-1914), francesa que tinha afinidade com as idéias de Elizabeth Cady Stanton, foi quem não desistiu da bandeira do voto. Ela foi à Paris reivindicar a demanda, pois acreditava que não haveria república se as mulheres não tivessem direito ao voto. Atribuía o direito ao voto dos homens não a uma educação melhor, mas sim à questão do sexo. Foi por esse motivo que Hubertine Auclert ficou conhecida como a militante feminista mais importante na França do final do século XIX.

O lapso temporal entre as primeiras reivindicações a favor do voto das mulheres e a efetiva conquista foi significativo, exigindo muito das defensoras do sufrágio das mulheres, que em sua maioria era de mulheres vindas da classe média e classe alta. Porém, é importante esclarecer que as afro-americanas e afro-canadenses também viam no voto um papel fundamental, qual seja, a chance de melhorar suas condições de vida e de trabalho, garantir a educação e acabar com os abusos sexuais. Podem ser citados alguns exemplos que retratam tal afirmação. A primeira mobilização na defesa desse direito nos Estados Unidos foi em 1848, porém, somente em 1920 as americanas viram tal reivindicação ser atendida. As Inglesas esperaram de 1865 a 1918 para ter um sufrágio parcial, porém, o

completo somente se deu em 1928, cabendo ressaltar que o confronto entre as mulheres e as autoridades eram muitos, sendo o mais famoso o ocorrido em 1810, que ficou conhecido como Sexta-Feira Negra. A Suíça somente foi ter sua Federação pelo Voto Feminino em 1909 e as mulheres somente tiveram esse direito garantido em 1971. A França é um caso ainda mais interessante, pois as primeiras manifestações pelo voto feminino começaram em 1787 e a conquista somente foi obtida em 1944.

Nesse momento de primeira onda do feminismo pode-se fazer uma divisão entre duas grandes vertentes do movimento feminista: a corrente liberal, também identificada como a corrente que pregava uma igualdade de direitos, e a corrente maternal ou social, que partia mais da diferença entre os sexos para se fundamentar do que da igualdade. A primeira corrente se apegava à igualdade existente entre todos os seres humanos. Talvez generalizá-la e denominá-la como uma corrente liberal por defender a igualdade de direitos não seja tão adequado. Isso porque há realmente uma perspectiva que interpreta dessa forma os direitos reivindicados por essa corrente. Porém, como visto no capítulo anterior, existe outra concepção de igualdade trabalhada por Rancière que pode contribuir para o entendimento dessas propostas. Pode-se fazer incidir de forma análoga o exemplo levantado pelo autor na questão sobre os plebeus: se eles falam ou não. Da mesma forma em que a estrutura de poder defendia que eles não eram iguais e por isso não falavam, não eram dotados dessa capacidade, essa mesma estrutura deveria forjar uma explicação para convencer os plebeus de que não possuíam tal capacidade. Para isso, era necessária a utilização e o apelo justamente à capacidade de fala e de compreensão dos plebeus, realidade, ou sensível, em conflito com a polícia no sentido atribuído por Rancière. Sendo assim, o poder produziria uma contradição interna, pois para justificar a desigualdade, ele assumiria a igualdade, mostrando, dessa forma, a igualdade entre eles e os plebeus. Nesse sentido, pode-se identificar na corrente chamada liberal, que não seria absurdo partir da igualdade. Não se pretende negar as diferenças, mas sim expor que há uma igualdade e que a polícia, ou o poder constituído, ao longo das experiências aqui narradas, se esforçou para negá-la, justamente por assumir sua existência, criando todo o aparato para demonstrar/forjar o motivo pelo qual as mulheres não devem ser consideradas iguais, ou não devem possuir certos direitos, como a administração de suas propriedades ou o voto.

O feminismo maternal tinha como principal característica a defesa da diferença entre os sexos, fundada na experiência da maternidade, no instinto maternal supostamente inerente a todas, ressaltando o papel da mulher na família. A mulher teria uma moral única e um papel pacificador na sociedade, um discurso inspirado em Rousseau. Essa corrente ganhou muita força com o avanço da industrialização e todas as conseqüências nefastas delas. A intervenção feminina era considerada de grande importância para frear a competição. As liberais pretendiam introduzir a liberdade e a igualdade na esfera pública e na esfera privada, na família. As mulheres ligadas ao feminismo maternal tinham como objetivo estender toda a virtude da família promovida pelas mulheres para a sociedade como um todo.

Obviamente, a diferença é estática e pode ser muito significativa quando se olha exclusivamente para a teoria. O que se percebe na prática é que muitas vezes essas vertentes se esbarraram, tendo muitas sufragistas discursado sobre uma essência feminina. Por esse motivo, há realmente no feminismo uma ausência de clareza no plano teórico, o que gera também problemas de coerência na argumentação, que ora apelava para a igualdade, ora ressaltava as diferenças. Para evitar esse tipo de confusão, há a alternativa de chamar de feminismo apenas os movimentos que pretendiam alterar as estruturas sociais e familiares da época e a hierarquia entre os sexos, ressaltando que qualquer defesa de papéis sexuais previamente estabelecidos e compreendidos como invioláveis de serem alterados deveria ser analisada como algo que reafirma a hierarquia.

Apesar da necessidade de representação das mulheres por parte dos homens, tanto no que diz respeito às questões familiares quanto na esfera pública, o que as mulheres do feminismo maternal pretendiam era continuar mulheres, se comportando como tal, não queriam se transformar em homens e nem dar apoio à ideologia masculina que predominava na época. Elas não tinham como objetivo a expansão das categorias masculinas para que estas passassem a incluí-las. O que pretendiam era justamente criticar essas categorias. O feminismo maternal partia da experiência da maternidade, mas não se restringia à maternidade biológica. A noção era mais ampla, pois se falava em maternidade de toda uma sociedade. A pressão realizada por esse movimento nos Estados Unidos fez surgir algumas políticas interessantes e relevantes para a sociedade como o estabelecimento de jardins de infância, parques para as crianças, água potável, bibliotecas e hospitais,

que passaram a ser questões de políticas públicas. Mesmo o feminismo maternal, com todas as críticas a ele realizadas em razão especialmente de uma visão dual da sociedade em masculino e feminino atribuindo um papel previamente estabelecido a homens e mulheres, foi capaz de produzir as suas revoluções nos problemas sociais.

Apresentadas as conquistas que se fundamentaram no feminismo maternal, deve-se ainda ressaltar a sua importância como uma estratégia de aceitação adotada por essas mulheres. Sem dúvida, aos olhos da sociedade, seria mais fácil a sua aceitação se comparado ao feminismo liberal. O apoio era necessário para que houvesse a conquista de direitos, somente assim, o movimento conseguiria ter espaço para causar impacto, era essa a sua justificativa estratégica de existência. Outros fatores importantes fizeram esse segmento ganhar força. Um exemplo deles foi a queda na taxa de natalidade assustadora vivida na França no final do século XIX¹¹⁶. O feminismo maternal pretendia deixar de lado a figura da mulher que provoca rupturas no poder constituído, ou na polícia, imagem essa muito afirmada no ano de 1871, em Paris, especialmente por mulheres como Louise Michel e Paule Mink, participantes das barricadas dos trabalhadores ao lado de homens. A estratégia ainda tinha a função não só de ganhar o apoio social, como também de conseguir ampliar o número de mulheres atraídas para o feminismo, como as mais conservadoras, as católicas. O discurso era a ampliação dos direitos das crianças e das mulheres. No movimento negro ela forneceu argumentos para que as afro-descendentes conseguissem combater a crença de que elas seriam imorais e teriam uma sexualidade exacerbada.

O feminismo maternal tinha as suas propostas e, novamente, conseguiu transformações na sociedade, porém, ele caía no risco de limitar o movimento, na medida em que partia de um modelo de mulher, qual seja, o de uma mulher necessariamente mais virtuosa e que teria a função de expandir a sua honra por

¹¹⁶ A queda na taxa de natalidade nos países ocidentais hegemônicos no período da primeira onda de feminismo provocou susto na sociedade. Argumentos racistas começaram a ser utilizados, responsabilizando o feminismo por fazer com que a população branca recuasse, enquanto que a de negros não era reduzida. A “culpa” por tal fato era da emancipação feminina, ao menos da emancipação que acontecia entre as das classes mais elevadas. É interessante observar que nesse momento existiam mulheres nos Estados Unidos, Holanda, Inglaterra, França e Alemanha que se posicionaram inteiramente a favor do controle de natalidade e do aborto. Em 1908 a Alemanha já discutiu a descriminalização do aborto, proposta feita pela Federação das Associações das Mulheres Alemãs. Elas somente perderam porque os conservadores conseguiram um apoio de

toda a sociedade. As implicações desse discurso podem ser devastadoras, pois gera uma elevada expectativa no comportamento da mulher, sendo qualquer deslize cometido por ela muito mais grave do que o ato em si. A sociedade acaba observando, fiscalizando e punindo mais o comportamento da mulher, com base na chamada moral Vitoriana. Sendo assim, apesar do feminismo maternal ter conquistado um público amplo, existiam outras formas de desafio aos valores sociais da época a partir de outros feminismos, especialmente no que diz respeito às feministas mais novas, que aderiram ao movimento a partir de 1890 e conseguiram frequentar uma universidade e conquistar a independência econômica. Estas tinham o objetivo de provocar abalos na estrutura da sociedade Vitoriana. Tal feito reforça a concepção de uma primeira onda mais radical na crítica ao casamento, à moral, à distribuição do trabalho fora e em casa, com a discussão sobre a profissionalização do trabalho doméstico e sua coletivização, sexualidade e religião. O número de mulheres que se mantinham solteiras para apostar na carreira crescia dentro dos movimentos. A recusa ao casamento era considerada uma greve silenciosa que enfrentava a hegemonia dos homens, bem como a estrutura necessariamente heterossexual na família.

A base teórica da discussão e da crítica acerca do modelo de família heterossexual surgiu no debate acadêmico nos Estados Unidos, a partir de pesquisas elaboradas pela psicologia e pela antropologia, que colocavam em xeque a noção de uma diferença sexual inerente à natureza humana, trabalhos desenvolvidos especialmente por Helen Bradford Thompson e Elsie Chews Parsons, que causavam distúrbios nas concepções morais da época sobre sexualidade e raça. As pesquisas tiveram, obviamente, recursos muito escassos e por isso o avanço nelas foi dificultado. Porém, certamente houve impactos sociais, tanto que para atender a determinados interesses do poder, os recursos acabaram sendo limitados.

Por fim, além do feminismo liberal e do feminismo maternal, também foi consolidado nesse momento o feminismo socialista. As teorias socialistas conseguiram conquistar a simpatia de muitas mulheres com a questão da luta de

classes e algumas chegaram a fundar ou se filiar a partidos socialistas¹¹⁷. Aqui não se pretende tratar do socialismo detalhadamente ou realizar uma abordagem dos autores e sim mostrar a participação delas e os motivos pelos quais a relação entre esses dois movimentos foi complicada. O feminismo e o socialismo pareciam ser dois movimentos intrinsecamente aliados. Os partidos de cunho socialista eram os únicos a defender a igualdade política e econômica das mulheres, já que o objetivo era a emancipação de todos os grupos oprimidos, a liberação das mulheres seria uma consequência do processo de liberação como um todo. Por esse motivo, muitos dentro do socialismo entendiam que não se deveria promover uma guerra dos sexos no interior do movimento, para evitar a desagregação e um desvio no processo revolucionário, dificultando as transformações. Além disso, conforme dito anteriormente, muitos viam o feminismo como um movimento tipicamente burguês, pois entendiam que as mulheres queriam ser incluídas na estrutura capitalista e não reivindicavam transformações sociais.

É importante ressaltar que os valores patriarcais estavam também enraizados na classe trabalhadora, apesar de ser em grau diferente, conforme analisado anteriormente, e no próprio socialismo, quando se observa o que acontecia nas famílias. A declaração da sufragista Hannah Mitchell após seu casamento é significativa, pois descobriu que apesar de socialista, seu marido ainda esperava dela jantares aos domingos e chás com tortas e bolos caseiros, assim como os seus companheiros reacionários tinham em suas casas¹¹⁸. Um exemplo desse comportamento é a casa dos Marx, que, nas palavras de Michelle Perrot, era

judia em sua estrutura muito patriarcal, vitoriana em seus costumes e atravessada por um grande projeto que faz sua unidade e solda seu destino. (...) Marx, - “o Mestre”, Mohr, Challey, Old Nick, etc., a abundância de apelidos sublinham sua presença – domina com sua estatura esta tribo sobre a qual ele reina, déspota afetuoso e tirânico. Suas filhas dedicam-lhe um verdadeiro culto. Vaidosas como colegiais, elas procuram seus nomes em suas cartas, fingindo ciúmes se ele menciona mais uma do que outra. Cúmplices, elas lhe fazem provocações sobre suas amizades mundanas ou femininas, preocupadas também em mostrar-se à altura dele, por suas leituras ou sua cultura política¹¹⁹.

¹¹⁷ São exemplos disso Sylvia Pankhurst na Inglaterra, Lily Brown na Alemanha e Madeleine Pelletier na França. Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 270.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 271.

¹¹⁹ PERROT, M., *As mulheres ou os silêncios da história*, p. 49. Nessa parte Perrot inicia uma análise das trocas de cartas entre as filhas de Karl Marx. Mostrando a estrutura de sua família, Perrot compara Marx a Freud quando o assunto é mulher, pois o autor impediu sua filha mais

Por esse motivo, as questões de exploração e dominação de classe e de sexo até poderiam ter semelhanças, mas o fim da primeira não necessariamente implicaria também no fim da segunda, sendo esta uma luta sem sentido, conforme muitos socialistas entendiam. Os homens até estimulavam a filiação das mulheres aos partidos socialistas, porém, na maioria dos casos por uma questão de solidariedade familiar, pois o grande inimigo a ser combatido era o capitalismo e não os homens, como eles diziam que pretendiam as feministas burguesas. O feminismo socialista acabava tendo que dar prioridade à questão da classe em função dos próprios socialistas. Um exemplo bem interessante que demonstra que a causa feminista ficava em segundo plano é o da autora e ativista Alexandra Kollontai¹²⁰. A autora propôs a fundação de um clube de mulheres em 1905 aos bolcheviques e conseguiu no comitê de São Petersburgo, a princípio, a garantia de da realização do encontro. Porém, ao chegar no local, ela recebeu um aviso de que o encontro de mulheres estava cancelado, sendo permitido somente a presença de homens naquele dia.

A cooperação entre os socialistas e as feministas somente conseguiu seguir em frente em lugares em que havia essa tradição na esquerda. Essa cooperação ocorria basicamente em defesa do voto feminino, em lugares como a Suíça e o Canadá¹²¹. Porém, na França as feministas socialistas ainda se encarregavam de arrecadar mulheres para o movimento, ressaltando no discurso a dupla dominação a qual a mulher estava submetida, mas ao mesmo tempo defendendo que as mulheres não deveriam deixar a luta de classes para se dedicar a uma mera emancipação dentro do terreno típico da burguesia, como foi o exemplo de Louise Saumoneau (1875-1950). Poucas eram as feministas socialistas que mantinham um interesse principal no feminismo. Madeleine Pelletier (1874-1939) ficou conhecida como uma das feministas mais radicais de sua época. Conseguiu ser a primeira mulher empregada pelo serviço de psiquiatria da França e uma das poucas em um cargo executivo no Partido Socialista francês. Ela comparou a sua baixa aceitação entre os socialistas com a baixa aceitação no meio médico,

nova, Eleanor de se casar com o homem que queria por ser pobre e aventureiro. Sua filha, então, cai em depressão, Marx a chama de histérica. Laura, a filha do meio, somente conseguiu autorização do pai para o casamento após o pai do noivo apresentar condições financeiras muito boas. Tal fato o próprio Marx narra a Engels em 23 de agosto de 1866. p. 53.

120 Autora de *Marxisme et révolution sexuelle*, um dos grandes nomes do feminismo socialista.

entendendo não haver diferença entre os dois grupos no que se refere às mulheres. Foi uma das poucas a declarar que as mulheres poderiam ser socialistas, monarquistas ou republicanas, mas acima de todas as convicções, deveriam ser feministas.

A primeira onda do feminismo se prendeu fortemente à luta pelo voto das mulheres e, pelos motivos e questões apresentadas anteriormente, não conseguiu conjugar forças nem com as lutas referentes à raça, nem com as referentes à classe, apesar de inúmeras mulheres serem alvo comum de todos esses mecanismos de dominação. Por esse motivo, a primeira onda de feminismo foi muito criticada, não sendo no geral revolucionário e sim carregando os preconceitos da época. Porém, na verdade, a primeira onda foi constituída de inúmeros movimentos, sendo dotada de grande complexidade, pois esses movimentos ora se aproximavam, ora se repeliam, de acordo com as condições peculiares de cada local.

3.5

O impacto da segunda onda do feminismo na década de 1960

A segunda onda de feminismo tem como marco importante o ano de 1968. Após a primeira onda, houve uma sensação de que o feminismo teria perdido o seu sentido, de que as questões já estariam superadas. Sendo assim, olhar para esse período de explosão do movimento feminista parece assustador, como se elas tivessem ficado tanto tempo em silêncio e nesse momento resolvessem retomar um processo revolucionário esquecido. De fato, na década de sessenta do século XX o feminismo ganha destaque na Europa e nos Estados Unidos, assim como também acontecia com o movimento negro desde da década de 50. Nessa época, ganha bastante espaço na mídia a luta das mulheres contra mecanismos de tortura aos quais as mulheres estavam submetidas como forma de controle de seus corpos, desde peças do vestuário tipicamente feminino, salto alto, passando por cílios postiços, penteados, até mesmo concurso de miss e revistas masculinas. Foi a primeira vez no intervalo de aproximadamente duas gerações que muitas mulheres começaram a se declarar como feministas.

¹²¹ LEGATES, Marlene, *In their time: a history of feminism in western society*, p. 273.

Sem dúvida, a grande maioria na época não tinha noção da dimensão dos esforços que suas antecessoras fizeram e todos os problemas enfrentados para driblar pelo menos alguns dos mecanismos de freios que o poder constituído colocava ao avanço dos direitos das mulheres. Por isso, o débito com o passado era muito maior do que se imaginava, como expõe LeGates¹²². A segunda onda de feminismo parece estar distante da primeira, mas na verdade as atividades continuaram nos períodos entre as Grandes Guerras Mundiais e no período entre a Segunda Guerra e a década de 1960.

Durante a Segunda Guerra, as mulheres estavam distantes de seus maridos, que se encontravam nas batalhas. As mulheres, ao contrário, estavam em suas casas. Muitas por necessidade financeira e até mesmo por um estímulo do Estado assumiram trabalhos e funções em seus países tradicionalmente masculinos, porém, foram postos que ficaram desocupados durante a guerra em função da ida dos homens ao campo de batalha. A ida das mulheres para a ocupação desses postos foi necessária, mas após a guerra muitas se recusaram a voltar para as suas casas e devolver seus trabalhos aos homens.

A Segunda Guerra foi diferente para a experiência da mulher, pois todos estavam mais submetidos às invasões e ocupações, homens e mulheres. Muitas, portanto, assumiam funções iguais às de homens durante a guerra e formavam um grande grupo na resistência ao avanço do Nazismo. Por esse motivo, pode-se dizer que a experiência delas ao longo da Segunda Guerra foi bastante diferente da Primeira. Porém, se havia algo semelhante era o tratamento dado às mulheres pela propaganda e pela literatura ao longo das duas guerras, com imagens que as colocavam como prostitutas portadoras de doenças ou espiãs que faziam uso da sedução para conseguir o que queriam. Em ambas as guerras as mulheres estiveram presentes no mercado de trabalho, mas ganhando menos do que os homens para exercer as mesmas funções e com expectativas de que ao término da disputa elas retornariam a seus lares, à maternidade e à família.

Na Inglaterra houve legislação prevendo que o trabalho das mulheres duraria apenas enquanto perdurasse a guerra. Nos Estados Unidos houve protestos no final da Segunda Guerra, pois as mulheres passaram a ser discriminadas em seus locais de trabalho, não somente por seus superiores mas também por colegas

¹²² LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 327.

homens, mas a experiência ao longo das guerras fez com que elas tentassem ultrapassar os obstáculos no pós-guerra. Um dos argumentos para manter os salários das mulheres em um patamar inferior era o fato do trabalho delas ser considerado mais leve do que o exercido por homens. Na Inglaterra a situação não era diferente, as mulheres ganhavam em média 52% do salário dos homens, com o objetivo de que elas preferissem ser mães ao trabalho fora de casa. Havia mais um agravante para aqueles que lutavam por transformações após o término da Segunda Guerra. O comunismo era um grande fantasma para o mundo ocidental. O clima da Guerra Fria fez com que se criasse um reforço em torno da importância da estabilidade familiar para o ocidente. Qualquer um que a partir daí tentasse criticar a estrutura familiar, a distribuição de funções dentro de um casamento, seria alvo fácil de perseguição. O Macartismo nos Estados Unidos acabou conseguindo por fim ao Congresso da Mulher Americana, uma coalisão entre mulheres de classes e raças diferentes fundada em 1946 e que em seu primeiro ano reuniu duzentos e cinqüenta mil ativistas, entre eles a neta de Elisabeth Cady Stanton e a sobrinha neta de Susan B. Anthony. Elas reivindicavam a divisão do trabalho doméstico, creches públicas, legislação não-sexista e reconheciam a dupla dominação exercida sobre as mulheres negras. Apesar da grande quantidade de denúncias contra seus membros, muitas dessas mulheres iriam participar da retomada do feminismo na década de 1960.

Nos anos de 1950 e 1960 foi popularizada uma imagem da família perfeita, composta pelo pai, que era responsável por trazer a comida, a mãe, que cuidava da casa e duas até quatro crianças por casal, que usufruíam de uma estabilidade econômica e consumiam. Esse era o modelo de família¹²³. Cabe ressaltar que a imagem não faz jus aos grupos feministas ativos na época, como por exemplo o Partido Nacional da Mulher (*National Woman's Party*), fundado em 1913 e sempre ativo, que se empenhava na Emenda por Direitos Iguais, adotada pelo Congresso. O partido conseguiu levar ao Congresso ao longo da década de 1950 236 cartas de direitos das mulheres, apesar de ser formado basicamente por mulheres brancas de classe média e refletir essa ausência de reconhecimento das dificuldades sofridas pelas mulheres negras. A França ainda contava com a Liga dos Direitos das Mulheres, fundada em 1869, porém, era a única organização do

¹²³ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 335.

país que se intitulava feminista, ainda assim com um receio de que isso aparentasse ser anti-feminino.

Um ativismo que já havia sido ensaiado em um momento anterior e que ganhava força em 1950 era em torno da sexualidade, do controle de natalidade e planejamento familiar por parte das mulheres. O esforço primário foi feito na França, por um grupo de protestantes chamadas *Jeunes Femmes*, que conseguiu levar a discussão para o espaço público. Também na França um outro grupo de mulheres, chamado de *Mouvement Democratique Féminin*, conseguiu colocar a necessidade de reforma no casamento em discussão a partir de 1961, ano de sua fundação. A discussão aberta em relação ao aborto começa nesse período não somente na França como também na Itália. Porém, essas eram questões que tangenciavam mais as mulheres heterossexuais, que ainda tratavam com uma maior naturalidade tanto o casamento como a maternidade. As homossexuais começaram a se destacar nos Estados Unidos. Os únicos lugares que aceitavam a presença de homossexuais homens e mulheres além de suas respectivas residências eram os bares, desde a década de 1930. Em 1950 se consolida essa cultura nos bares, com homens e mulheres reproduzindo o comportamento feminino ou masculino conforme a identificação com a cultura dominante. Obviamente transgredir os papéis convencionais é bastante significativo, o problema é reproduzir o mesmo comportamento e a mesma hierarquia de um relacionamento heterossexual. Na década de 50 do século XX em São Francisco nasce a primeira organização política estabelecida por lésbicas e dedicada à sua causa.

O grande marco teórico do feminismo em sua segunda onda foi Simone de Beauvoir (1908-1986). O seu trabalho intitulado *O Segundo Sexo*, de 1949, foi escrito de forma isolada, sem contato com outras feministas da época¹²⁴. Quando lançado, o livro sofreu duras críticas das feministas por gerar interpretações

¹²⁴ Beauvoir não recorreu a outras mulheres feministas de sua época, sendo essa obra fruto de um esforço solitário. LeGates afirma que isso foi resultado de um fato, qual seja, ela foi aconselhada, ainda estudante a cultivar mais o seu lado homem. LEGATES, Marlene, *In their time: a history of feminism in western society*, p. 342. De qualquer forma, Beauvoir começa sua obra afirmando que o feminismo já tinha rendido muito e que o tema estaria acabado, mas ainda assim insistiam em retomar o assunto. A pergunta “o que é mulher?” ainda retornava e um dos aspectos mais relevantes era o fato dos homens não se preocuparem em definir o que é homem, em suas palavras “Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é natural”, ao contrário da mulher, que começa se apresentado como tal. A mulher é

contrárias ao corpo da mulher e causou grande controvérsia. Além disso, seu livro foi considerado indecente por outras camadas sociais, sendo incluído na lista de obras proibidas da Igreja Católica. A tradução para o inglês fez com que o livro ganhasse projeção nos Estados Unidos, em 1952, o que contribuiu para modificar a reação ao texto, que passou ser bem-sucedido¹²⁵. Desse momento em diante, muitas feministas das mais variadas áreas do saber reconheceram Simone de Beauvoir como um grande marco para todas as mulheres. A importância da obra de Beauvoir e a sua receptividade nos Estados Unidos podem também ter ligação com a resposta que ela dá ao livro de Ferdinand Lundberg e Marynia Farnham, chamado *Modern Woman: the lost sex*, de 1947, que chamava as mulheres que insistiam em seguir no feminismo de neuróticas, uma vez que a igualdade já havia sido conquistada. Se a igualdade já foi atingida, as mulheres não tinham mais motivos para seguir com o feminismo, insistir nisso era considerado uma doença para os autores.

O fato é que na década de 50 do século XX havia uma grande tensão entre um modelo muito bem retratado nos meios de comunicação da família feliz e um aumento nos casos de divórcio nos Estados Unidos. No início da década de 1960, a grande maioria das donas de casa americanas não gostariam que suas filhas tivessem o mesmo tipo de vida que elas levavam, assim como as jovens da época não queriam para elas o mesmo caminho trilhado por suas mães. Na França, em 1966, os resultados eram os mesmos dos obtidos nos Estados Unidos. O trabalho de Betty Friedan a partir de entrevistas realizadas com donas de casa de classe média nos subúrbios americanos foi considerado de grande importância na época para a constatação dessa infelicidade com o estilo de vida das mulheres, e, assim como *O Segundo Sexo*, de Beauvoir, ele teve uma grande projeção. Porém, sofreu críticas posteriores, por ignorar os problemas das mulheres das classes operárias e das negras americanas, que em sua maioria trabalhava fora. A sugestão de Friedan

uma concepção construída a partir do homem, ela é o outro. BEAUVOIR, S., *O Segundo Sexo: 1 fatos e mitos*, Introdução, p. 11.

¹²⁵ A projeção do livro nos Estados Unidos aconteceu, segundo LeGates, pela distância geográfica do país da Europa. A Europa Ocidental não recebeu bem a obra em virtude de um compromisso da autora com o socialismo existencialista em função de estar mais próxima geograficamente do Leste Europeu LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 342. Porém, esse argumento é complicado na medida em que as perseguições a qualquer um que pudesse ter afinidade com o pensamento socialistas nos Estados Unidos foram duras e muito famosas por isso. Porém, é importante ressaltar que no feminismo americano ele foi melhor recebido e ganhou notoriedade, como um símbolo importante da segunda onda.

para as mulheres era o trabalho fora de casa em funções que iam além daquelas tradicionalmente associadas às mulheres, ou seja, professora e enfermeira, na defesa também da igualdade de salários.

Apresentado de forma rápida o panorama da época, resta agora examinar a partir de tal ponto quais foram os feminismos surgidos com as questões que apareceram nesse período. Duas grandes correntes podem ser identificadas: a do feminismo liberal e a do feminismo radical. A primeira corrente era muito semelhante à corrente liberal da primeira onda. O que ela pretendia era a igualdade de sexos, ressaltando o peso da discriminação produzida pela lei e pela economia. Além disso, também fiscalizava possíveis atitudes sexistas. O feminismo radical tinha como principal questão o combate à estrutura patriarcal, sendo essa a responsável pelo domínio masculino. A atuação dessa corrente estava mais voltada para a observação do comportamento na família e nas relações interpessoais do que para a fiscalização da esfera pública e das relações de trabalho.

A corrente pela igualdade de direitos decorre do funcionamento permanente de grupos organizados como o *National Woman's Party* e o *National Federation of Business and Professional Women's Clubs* desde o início do século XX nos Estados Unidos. As mulheres que faziam parte desses grupos pretendiam por fim à discriminação e aumentar as oportunidades de empregos para as mulheres. Para isso, elas constataram a necessidade de se criar uma comissão presidencial sobre as mulheres, conseguindo fazer com que o presidente da época John Kennedy cedesse às pressões. A Comissão Presidencial sobre o Status das Mulheres foi constituída em dezembro 1961. O interessante é que essa comissão não negava o papel primordial da mulher dentro de casa em na criação dos filhos, sendo este último como um dado físico.

Apesar dessas posições complicadas adotadas pela comissão, seus relatórios apontavam de forma bem completa os tipos de discriminação sofridos pelas mulheres americanas tanto na esfera econômica quanto na política. Porém, a maior parte dos membros da comissão era contrária à Emenda da Igualdade de Direitos, pois havia um receio de que tal medida poderia provocar uma redução das leis que protegiam as mulheres no mercado de trabalho. Essa comissão teve seu valor comprovado com uma medida bastante relevante em 1963, a realização de comissões nas esferas dos estados compostas por advogadas, acadêmicas e

líderes de diversas organizações para recolher materiais sobre a discriminações. Essa foi uma movimentação importante para que se conseguisse incluir no *Civil Right Act* de 1964 a discriminação de ordem sexual, apesar das mais diversas reações em sentido contrário, que não depositavam confiança na efetivação da Emenda. Cabe ressaltar que Betty Friedan foi uma das mulheres que se encheram de coragem com a Comissão e com os movimentos pelos direitos civis e a experiência especialmente do movimento negro na área. Nessa época o movimento negro serviu como um bom exemplo para o feminismo no auxílio à fundação de estruturas e estratégias de lutas, com muitas feministas reconhecendo que elas precisavam de uma NAACP para mulheres. Foi nessa condição que surgiu em 1966 a *National Organization for Women*. O que a organização pretendia era incluir completamente as mulheres na sociedade americana, com todas as possíveis participações, direitos e responsabilidade daí decorrentes. O Canadá também viu esse mesmo esforço sendo feito com a junção de um grupo de mulheres anglofônicas com a *Fédération des Femmes du Québec* em 1966, para pressionar o governo a criar uma comissão voltada para as mulheres. Em 1970 essa comissão conseguiu elaborar 167 recomendações e formou a *National Action Committee on Status of Women* para que elas sempre fossem revistas e atualizadas. França, Inglaterra, Dinamarca, Holanda, entre outros países, também viram comissões e esforços no mesmo sentido crescendo. A diferença entre a primeira e a segunda onda de feminismo diz mais respeito ao grau de mudança na sociedade. Se ao longo da primeira onda a estrutura quase não foi alterada de fato, a segunda onda presenciou grandes transformações sociais e na família.

Paralelo a esses esforços, há também o crescimento do feminismo radical. O mundo observa um grande crescimento da violência contra as pessoas que lutavam por direitos civis, o muro de Berlin foi erguido, os Estados Unidos atacavam o Vietnã. Esses acontecimentos faziam com que os protestos ficassem ainda mais intensos. A crítica aos valores do capitalismo cresceu no meio dos estudantes, bem como à classe burguesa. O feminismo radical surge no meio desse turbilhão de idéias, com proposta de liberação no lugar de igualdade de direitos, ressaltando um aparato de opressão, mais do que uma mera discriminação. As fundadoras dessa corrente eram basicamente mulheres entre vinte e trinta anos, a maioria ou havia acabado de terminar a faculdade ou estava no fim de seus estudos universitários e são filhas de mães e pais comunistas ou

socialistas, já vivendo na estrutura dos movimentos por direitos civis. Muitas se juntam ao *Student Nonviolent Coordinating Committee* e à organização *Students for a Democratic Society*, a ausência de hierarquia dessas organizações era um forte apelo às mulheres.

Após o deslumbramento inicial com essas organizações, as mulheres começam a perceber que havia problemas de sexismo mesmo nesses locais. Elas estavam de fora da tomada das decisões importantes, as funções que exerciam eram de menor relevância e a expectativa em cima delas era que estivessem sempre sexualmente disponíveis, na medida em que eram feministas. As mulheres negras que faziam parte dessas organizações realizaram *sit-in* em protesto. Outras mulheres redigiram um documento ressaltando que a mulher tinha as mesmas condições nesses lugares do que os negros contratados por grandes empresas. As mulheres negras novamente sofriam uma dupla discriminação, porém, acabavam considerando o racismo mais importante do que o sexismo. A discriminação sexual era vista como algo em segundo plano. As mulheres acabaram saindo dessas organizações, agora praticamente voltadas para a luta do movimento negro. As mulheres brancas não eram mais bem aceitas. .

Apesar das dificuldades, as mulheres conseguiram incluir na pauta da reunião nacional da Nova Esquerda, em setembro de 1967, as questões que diziam respeito a elas. Porém, no momento da reunião, o problema da liberação da mulher foi deixado de lado por não ser tão relevante quanto os demais temas. Boa parte das mulheres se desligaram da esquerda depois desse episódio, porém, algumas ainda resistiram a abandonar os homens da esquerda. Porém, em janeiro, com a reação ao discurso de Marilyn Webb convocando os homens para lutarem com as mulheres pela liberação feminina o rompimento foi mais significativo. A feminista Shulamith Firestone escreveu para o jornal de esquerda *Guardian* que os homens da esquerda falharam no projeto revolucionário e na convocação de homens e mulheres para tal feito. Agora, as mulheres teriam coisas mais importantes a fazer do que se preocuparem em chamá-los para lutar juntos. Os movimentos a partir desse momento seriam distintos.

As mulheres que deixavam a Nova Esquerda se reuniram para percorrer os diversos estados norte-americanos, com o objetivo de agrupar e estabelecer uma rede entre as mulheres que estavam insatisfeitas com o estilo de vida imposto a elas. No final do ano de 1968 praticamente todos os estados dos Estados Unidos

tinham grupos organizados de mulheres para lutar por autonomia e liberação. Assim como a experiência americana, também na Europa houve essa intensificação do feminismo por mulheres vindas da Nova Esquerda, especialmente na França. Um grupo chamado *Féminin-Masculin-Avenir* foi formado em 1967 por duas ex-integrantes do *Mouvement Democratique Féminin*, Anne Zelensky e Jacqueline Feldman, que pretendiam algo mais radical do que a organização da qual faziam parte. A partir de maio de 1968 houve uma intensificação dos movimentos autônomos de lutas das mulheres. As francesas que deram origem ao feminismo radical também tinham educação superior, eram mais novas e tinham raízes na esquerda, assim como suas contemporâneas americanas. Também concluíram que a Nova Esquerda ficava mais na esfera da retórica ao defender uma maior participação democrática quando se tratava de liberação da mulher. O feminismo radical tinha como objetivo não somente a ruptura com os homens de esquerda, mas também com o marxismo, que tinha como principal questão os problemas de classe. Para o feminismo radical, o que deveria ser combatido era o patriarcado, considerado por elas o mais antigo mecanismo de dominação. O patriarcado e não o capitalismo seria a principal forma de opressão da mulher¹²⁶.

Uma questão que também apareceu ao longo da segunda onda do feminismo foi a da homossexualidade. Algumas feministas declararam na época que o problema das homossexuais não tinha relação com as causas feministas, uma vez que era uma opção que dizia respeito à sexualidade. Porém, outras entendiam que a condição das lésbicas poderia servir muito ao movimento feminista, uma vez que o tipo de relacionamento entre elas subvertia os papéis sexuais atribuídos convencionalmente pela sociedade a homens e mulheres, a ponto de em uma determinada época haver um discurso em defesa da adoção dessa opção sexual por parte das feministas para melhor combater o patriarcado, sendo o debate acerca da opção sexual um dos principais temas da metade da década de 70 do século XX, considerado o ápice da segunda onda do feminismo. Nesse mesmo período outra grande questão suscitada pelo feminismo foi a defesa do direito ao

¹²⁶ O patriarcado foi considerado por muitas feministas como o grande mecanismo de dominação, o mais antigo. No próximo capítulo será visto a partir da teoria de Judith Butler o motivo pelo qual não se pode dar grande importância para esse tipo de entendimento, uma vez que isso torna a luta impotente, ineficaz, como se a estrutura cunhada há muito tempo não pudesse ser transformada.

aborto em diversos países da Europa. A segunda onda ainda originou a luta pela previsão do crime de assédio sexual, que teve uma especial força nos Estados Unidos a partir de 1986¹²⁷. A segunda onda, portanto, foi diversificada e farta em suas reivindicações.

A primeira e a segunda onda foram os dois grandes picos do movimento feminista, apogeu de uma longa trajetória ao longo da história, conforme demonstrado, em que ora as mulheres criavam condições para promover um processo constituinte próprio, ainda que tímido, como no início da Idade Média, ora se apropriavam de condições favoráveis em revoluções em andamento, como nos casos da revolução americana e francesa. O objetivo nesse capítulo não foi fazer uma apresentação geral da história e sim mostrar como foi o mecanismo de criação ou apropriação de determinados momentos por parte das mulheres até que o feminismo fosse construído. Por esse motivo, não foram narrados detalhes da sociedade na Idade Média, do Renascimento, ou das obras contratualistas, bem como não foram analisadas profundamente as revoluções nos Estados Unidos e na França. O que interessou foi justamente a atuação das mulheres nesses momentos e as contradições produzidas muitas vezes pelos próprios ensaios de feminismo, que possibilitaram o freio imposto pelo poder constituído a esse braço do poder constituinte. O recurso a Deleuze e Guattari no início do capítulo foi para compreender o surgimento das mais diversas linhas do feminismo, identificando, inclusive, momentos de arborescência, ou seja, momentos em que são instaurados modelos ou uma identidade feminina, um plano ideal a servir de base para toda a existência de uma mulher. Esses momentos são geralmente propícios para o surgimento de linhas de fuga, o feminismo atrelado ao movimento negro, o feminismo na classe operária e o feminismo homossexual são linhas de fuga. O feminismo se tornava arborescência quando adotava um modelo de mulher.

¹²⁷ O reconhecimento do assédio sexual nos Estados Unidos teve influência direta da autora Andrea Dworkin e da jurista Catharine MacKinnon, que conseguiu fazer o assédio sexual ser considerado uma forma de discriminação sexual pela Suprema Corte Americana no ano de 1986. O movimento capitaneado por elas foi sem dúvida relevante, especialmente no que diz respeito às relações de trabalho e de ensino. Porém, ambas são muito criticadas, especialmente por autoras francesas, por terem se aproximado dos conservadores, com o apoio dos republicanos. Essa empreitada deu origem uma lei contrária à pornografia, conhecida como “lei MacKinnon-Dworkin”. O problema era que essa lei fundamentava a censura em livros, cinema e jornais, colocando em risco até mesmo trechos da literatura clássica nos Estados Unidos. A emenda sobre a liberdade de expressão conseguiu prevalecer. BADINTER, E., *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*, pp. 24, 25 e 26. No Brasil o crime foi incluído no art. 216-A do Código Penal, pela Lei 10.224/2001.

O próximo capítulo será dedicado à análise da teoria elaborada por Judith Butler e à aproximação dela com a de Antonio Negri e Michael Hardt. A partir das críticas de Butler ao feminismo, será possível compreender aquilo que possibilitou o poder constituído domar esse processo revolucionário, fazendo assim a conexão entre o problema analisado nesse capítulo com a proposta da autora. Além disso, esse estudo irá auxiliar no entendimento de um dos mecanismos de atuação da multidão, cunhado pela autora e aproveitado por Negri e Hardt, que assim como ela, são herdeiros do projeto da imanência.